



UNISUL

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

TAINARA BORILLI

**A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) A
PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA DURANTE O
AUGE DA GUERRA FRIA**

Florianópolis

2015

TAINARA BORILLI

**A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) A
PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA DURANTE O
AUGE DA GUERRA FRIA**

Trabalho de conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Relações Internacionais, da Universidade
do Sul de Santa Catarina, como parte dos
requisitos para obtenção do Título de
Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof.º Luciano Daudt da Rocha, msc.

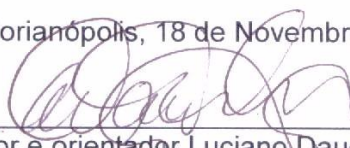
Florianópolis
2015

TAINARA BORILLI

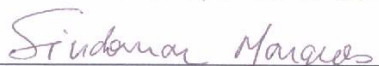
**A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA) A
PARTIR DOS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA DURANTE
O AUGE DA GUERRA FRIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

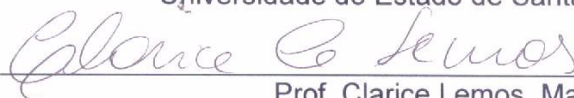
Florianópolis, 18 de Novembro de 2015.



Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Ms.
Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Sindomar Marques, Ms.
Universidade do Estado de Santa Catarina



Prof. Clarice Lemos, Ma.
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu pai, pois permitiu que isto acontecesse e sempre me incentivou nas minhas decisões. À minha mãe, por servir como exemplo de vida a seguir e também por me apoiar e ajudar sempre que preciso! As minhas irmãs Talita e Tais pelo companheirismo e confiança de sempre.

Ao meu companheiro, noivo, melhor amigo Arthur por sempre acreditar em mim e me incentivar a continuar, agradeço do fundo do coração!

Agradeço muito meu Professor e Orientador Luciano pela excelente orientação e segurança, pela atenção e pelas dicas.

Estendo os agradecimentos aos demais professores que tive nessa caminhada na Unisul, obrigado pelas aulas incentivadoras.

A Professora e Coordenadora do curso Silvia pela atenção durante todo esse período.

Aos meus colegas que me acompanharam nessa jornada e me fizeram companhia.

E também as minhas amigas Vanessa e Letícia que não me abandonaram mesmo com toda essa correria da vida.

A todos o meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho procura analisar a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante os desdobramentos da Revolução Cubana no auge da Guerra Fria. Desde sua independência, os Estados Unidos mostravam interesse no continente americano, e procuravam garantir seus interesses hegemônicos na região, intervindo diversas vezes nas questões latino-americanas. A Organização dos Estados Americanos, que foi criada em 1948, com o objetivo de ser uma organização multilateral, sempre teve influência norte-americana nas suas tomadas de decisões, e por sua vez, não foi diferente no período da Revolução Cubana, quando a OEA foi uma das mediadoras das relações entre os países americanos e Cuba. O tema é muito presente até o momento, pois muito se discute as consequências da Revolução. Este trabalho teve uma pesquisa básica exploratória e os procedimentos foram bibliográficos e documentais, sua abordagem foi qualitativa. Pode-se concluir que a OEA foi um instrumento norte-americano na garantia dos seus interesses no continente após a Revolução Cubana.

Palavras-chave: Estados Unidos; América Latina; Guerra Fria; Revolução Cubana; Organização dos Estados Americanos.

ABSTRACT

This paper looks to analyze the role of the Organization of American States (OAS) during the unfolding of the Cuban Revolution at the height of the Cold War. Since its independence, the United States has shown interest in the American continent and has sought to secure its hegemonic interests in the region, intervening several times in Latin American issues. The Organization of American States, which was established in 1948, whose goal was to be a multilateral organization, has always had American influence in its decision-making, and in turn, was no different in the period of the Cuban Revolution, when the OAS was one of the mediators of the relationship between the United States of America and Cuba. The subject is still very much present till this day, because many discussions still exist on the consequences of the Revolution. This paper used exploratory basic research and its procedures were bibliographic and documentary, its approach was qualitative. It can be concluded that the OAS was an American instrument in ensuring its interests in the continent after the Cuban Revolution.

Keywords: United States; Latin America; Cold War; Cuban Revolution; Organization of American States.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	8
1.2 OBJETIVOS.....	10
1.2.1 Objetivo geral.....	10
1.2.2 Objetivos específicos.....	10
1.3 JUSTIFICATIVA.....	10
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	11
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 ESTADO, NAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS FACES.....	14
2.1.1 Estado – nação.....	14
2.1.2 Imperialismo.....	16
2.1.3 Hegemonia.....	18
2.1.4 Superpotência.....	19
2.2 TEORIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
2.2.1 Realismo.....	20
2.2.2 A Importância do Estudo da História das Relações Internacionais.....	22
2.3 O CONTEXTO DA PESQUISA: A GUERRA FRIA.....	23
2.3.1 Guerra Fria.....	23
2.3.2 Bipolaridade.....	25
2.3.3 Ideologias.....	26
2.3.3.1 Capitalismo.....	26
2.3.3.2 Socialismo.....	28
3. INTENÇÕES HEGEMÔNICAS DOS EUA SOBRE A AMÉRICA LATINA.....	30
3.1 ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO INGLESA NA AMÉRICA.....	30
3.1.1 Aspectos da Colonização.....	30
3.1.2 Relação Povoamento Território x Religião (Puritana).....	32
3.2 A CONSTRUÇÃO DOS EUA E O INÍCIO DO PROJETO HEGEMÔNICO – O SÉCULO XIX.....	33
3.2.1 Processo de Independência.....	34
3.2.2 Doutrina Monroe.....	35
3.2.3 Expansão para o Oeste – Início do Projeto Hegemônico.....	37

3.2.4 Guerra de Secessão	38
3.2.5 Big Stick	40
3.2.6 EUA x América Central (Construção de uma Zona de Influência na América Central).....	41
3.3 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE EUA/ MUNDO/ AMÉRICA LATINA	42
3.3.1 A Pujança da Economia Norte Americana e as ações imperialistas sobre o continente	43
4. A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA A GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE	46
4.1 A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA COMO POTÊNCIA HEGEMONICA NO MUNDO	46
4.1.1 A atuação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e o incentivo à criação da Liga das Nações	46
4.1.2 Contexto da Crise de 1929 e o New Deal.....	49
4.1.3 O envolvimento dos Estados Unidos na luta contra o fascismo – Segunda Guerra Mundial	51
4.1.4 A vitória aliada sobre o eixo e o protagonismo dos EUA no ocidente	53
4.1.5 O protagonismo Norte Americano na criação das Organizações Intergovernamentais (OIGs) do pós Guerra.....	54
4.2 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)	56
4.2.1 Surgimento da Organização dos Estados Americanos	56
4.2.2 Estrutura da Organização dos Estados Americanos	57
4.3 IMPORTANCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA O CONTINENTE	59
5. A ATUAÇÃO DA OEA NO CASO CUBANO	63
5.1 O PROCESSO DA REVOLUÇÃO CUBANA	63
5.2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA A PARTIR DA REVOLUÇÃO CUBANA.....	65
5.3 A ATUAÇÃO DA OEA NOS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA.....	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS.....	75

1. INTRODUÇÃO

Nesse capítulo desenvolvermos seis itens, e são eles: a Exposição do Tema e do Problema, onde expõe-se a proposta do trabalho a ser realizado e o problema da pesquisa. Os Objetivos, Geral e Específicos, onde mostra-se qual o objetivo geral deste trabalho a ser alcançado e os objetivos específicos, que serão desenvolvidos para chegar ao objetivo geral. A Justificativa, quando expõe-se os motivos de escolher este tema, tanto pessoal quanto acadêmico. Os Procedimentos Metodológicos que foram utilizados durante o trabalho. E a Estrutura deste Trabalho.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

No âmbito de aproximar as relações entre os países que estiveram envolvidos, de alguma forma ou de outra, durante a Segunda Guerra Mundial, foram criados vários movimentos, que tinham como intenção superar as rivalidades e as disputas regionais daquele complexo cenário.

Segundo Fagundes (2010), no período de 1940 e 1960, o moderno sistema internacional foi construído, onde surgiram ideias e propostas que seriam realizadas com instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a União Europeia, entre outras. Porém, no contexto pós Segunda Guerra Mundial, a política internacional ficou marcada pela disputa entre os blocos capitalista e socialista, evento que ficou conhecido como a Guerra Fria.

De acordo com Hobsbawm (2003), a Segunda Guerra Mundial recém terminara e a humanidade já entrava numa Terceira Guerra Mundial, a chamada Guerra Fria. Esse evento que aconteceu entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX, quando gerações se criaram à sombra de batalhas nucleares globais, que se acreditava que poderiam estourar a qualquer hora, e que devastariam a humanidade.

Esse evento, na América Latina, serviu para os Estados Unidos da América reafirmarem sua posição como força hegemônica no continente. Essa disputa refletiu sobre todo o sistema internacional e, segundo Wallerstein (2002), os EUA instituíram vantagem rapidamente criando uma hegemonia ideológica e até

cultural que lhes permitiram controlar várias decisões relevantes no campo político e econômico mundial.

A Guerra Fria resultou na Revolução Cubana, que preocupou os Estados Unidos em relação à América Latina. Nesse complexo período, organizações como a Organização dos Estados Americanos (OEA), tiveram bastante influência nas disputas.

De acordo com Almeida (2006), a OEA regulou o relacionamento interestatal no campo ocidental durante a maior parte do conflito da Guerra Fria, e também correspondeu a crescente influência Norte Americana no Brasil e outros países Latinos, não sendo apenas no campo político, militar e diplomático, mas também, nos campos econômico e cultural.

Segundo o site da Organização dos Estados Americanos foi em abril de 1948, na cidade de Bogotá, que houve a Nona Conferência Internacional Americana, com a participação de vinte e um Estados americanos, onde foi adotada a Carta da Organização dos Estados Americanos. Essa carta foi o resultado de um longo período de negociações, que teve início em 1945, e que para a Organização das Nações Unidas (ONU) constitui um organismo regional. De acordo com a carta das Nações Unidas, a Organização dos Estados Americanos (OEA) busca:

Garantir a paz e a segurança do continente; Promover e consolidar a democracia representativa, respeitando o princípio da não-intervenção; Prevenir as possíveis causas de dificuldades e assegurar a solução pacífica das controvérsias que surjam entre seus membros; Organizar a ação solidária destes em caso de agressão; Procurar a solução dos problemas políticos, jurídicos e econômicos que surgirem entre os Estados membros; Promover, por meio da ação cooperativa, seu desenvolvimento econômico, social e cultural; Erradicar a pobreza crítica, que constitui um obstáculo ao pleno desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério; e alcançar uma efetiva limitação de armamentos convencionais que permita dedicar a maior soma de recursos ao desenvolvimento econômico-social dos Estados membros. (Organização dos Estados Americanos, acesso em 31 de março de 2015).

Diante dos fatos expostos, fica válido perguntar: qual a atuação da Organização dos Estados Americanos a partir dos desdobramentos da revolução cubana durante o auge da Guerra Fria?

1.2 OBJETIVOS

Exposto o problema de pesquisa, seguem os objetivos que serão obtidos durante o trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desse trabalho é analisar a atuação da Organização dos Estados Americanos a partir dos desdobramentos da Revolução Cubana, durante o auge da Guerra Fria.

1.2.2 Objetivos específicos

Com o objetivo de atingir o objetivo geral, segue a apresentação dos objetivos específicos, os quais serão tratados ao longo do trabalho:

- Analisar historicamente as intenções hegemônicas dos Estados Unidos da América sobre a América Latina;
- Entender a importância da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a geopolítica do continente;
- Analisar a atuação da OEA durante a Revolução Cubana.

1.3 JUSTIFICATIVA

Nos dias atuais ainda é possível ver as consequências da Guerra Fria na América Latina. Afinal de contas, foi esse conflito que comprovou a política externa dos Estados Unidos e da União Soviética sobre a América Central e do Sul. Fica então importante a avaliação desses acontecimentos, pois eles são muito relevantes para entender como o mundo é conduzido nos dias de hoje, considerando várias ideologias, tais como o capitalismo e o socialismo.

Segundo Vizentini (1995), o estudo sobre a política externa brasileira no período deve ser considerado, pois foi marcado pela barganha diplomática nacionalista e também pela busca de autonomia relativa dos EUA.

À vista disso, as motivações de escrever sobre esse tema como acadêmicos são sobre a necessidade de análise dessa situação, assimilando os fatos que levaram a tomadas de decisões no período da Guerra Fria. Considerando-

se principalmente os dados históricos para a compreensão da atuação da Organização dos Estados Americanos no período em questão.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa, segundo o autor Gil (1996), é o procedimento racional e sistemático que tem o objetivo de proporcionar resposta aos problemas que são apresentados. Ou seja, é fundamental quando não se tem informações suficientes para responder ao problema ou questão proposta. Ainda de acordo com Gil (1996), a pesquisa será desenvolvida mediante contribuição dos conhecimentos disponíveis e a utilização prudente dos métodos, técnicas e outros procedimentos científicos.

Para Fachin (2003), pesquisa é um método intelectual em que o pesquisador tem como objetivo obter conhecimento por meio da investigação de uma realidade e da busca de novas verdades sobre um tema ou problema. Com métodos e técnicas apropriadas, o pesquisador busca conhecimento, respostas ou soluções para o problema proposto. Essa pesquisa vai surgir da necessidade de resolver um problema, quando se tem conhecimento da sua existência.

Portanto, esse trabalho tem como intuito gerar conhecimento na área histórica e política, logo, trata-se de uma pesquisa básica. Como diz Barros (2000), a pesquisa pura ou básica tem como finalidade o conhecer por conhecer, está em nível de especulação mental a respeito de determinados fatos. Também pode ser chamada de pesquisa teórica. A pesquisa pura não implica, em um primeiro momento, ação interventiva e transformação da realidade social.

Quanto à abordagem da pesquisa, o trabalho utilizará o método qualitativo, pois segundo Fachin (2003), a variável qualitativa é caracterizada por relacionar aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente.

Com relação ao objetivo da pesquisa, será utilizado o método exploratório. A pesquisa exploratória trata-se da pesquisa com objetivo de proporcionar mais semelhanças com o problema, e de acordo com Gil (1996), tem em vista tornar o trabalho mais explícito ou construir hipóteses. Logo, essa pesquisa tem como objetivo final aprimorar as ideias ou a descoberta de intuições. O planejamento é bastante flexível, possibilitando a consideração dos vários aspectos referentes ao

estudo. Esse tipo de pesquisa geralmente apresenta levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas e análise de exemplos que estimulem a compreensão. (SELLTIZ, 1967 apud GIL, 1996).

Já quanto aos procedimentos da pesquisa, ela será bibliográfica e documental. De acordo com Gil (1996), uma pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já ela formado, logo, será constituída principalmente de livros e artigos científicos. A maior parte dos trabalhos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas. Já a pesquisa documental, ainda segundo o autor, é diferente da bibliográfica pela natureza das fontes, porém as duas são semelhantes. A pesquisa documental é geralmente feita de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O objetivo geral deste estudo está centrado na análise da atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) durante os desdobramentos da Revolução Cubana no período da Guerra Fria. O objetivo é entender como a OEA atuou nesse período e quais foram suas ações nas tomadas de decisões. Para realizar esta pesquisa, o trabalho consta com três capítulos principais, além da introdução, a fundamentação teórica e aqueles referentes às Considerações Finais e às Referências Bibliográficas.

O primeiro capítulo irá analisar historicamente as intenções hegemônicas dos Estados Unidos da América sobre a América Latina, desde o período das colonizações e a crescente presença dos EUA no restante do continente até o período da Guerra Fria. Ele será dividido em três itens, o primeiro abordará os aspectos da colonização inglesa na América do Norte. O segundo analisará o processo de independência dos Estados Unidos da América e as Doutrinas – Monroe e *Big Stick* – das quais o Presidente se declarou no direito de “defender” e intervir no hemisfério em caso de ameaça externa, e também será abordada a construção de uma zona de influência, por parte dos EUA, no continente. O terceiro item será sobre as Relações Econômicas entre os EUA X MUNDO X América Latina.

No próximo capítulo, será abordada a importância da Organização dos Estados Americanos para a geopolítica do continente. Este será dividido em três itens.

O primeiro analisará a Ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica no mundo, trazendo questões como a atuação dos EUA na Primeira e Segunda Guerra Mundial, o incentivo na criação da Liga das Nações, trará o contexto da Crise de 1929 e o New Deal, e, por fim, o protagonismo norte americano na criação de organizações intergovernamentais no pós-guerra. O segundo abordará a Organização dos Estados Americanos, falando sobre seu surgimento e sua estrutura organizacional. O terceiro item aborda a OEA em casos de atuação em questões que envolvam uma quantidade de países, mostrando sua importância para a geopolítica do continente.

O terceiro e último capítulo deste trabalho, constituído de três itens, é feita a análise da atuação da OEA durante a Revolução Cubana. O capítulo começa mostrando o contexto da Revolução Cubana, e então a política externa norte americana para a América Latina a partir da Revolução e a atuação da OEA nos desdobramentos da Revolução Cubana.

Por fim, na última parte, serão apresentadas as considerações finais do trabalho sobre a atuação da Organização dos Estados Americanos na Revolução Cubana no período da Guerra Fria.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a finalidade de analisar e responder a pergunta de pesquisa torna-se necessário estabelecer e definir alguns conceitos relevantes ao período em questão. No pós Segunda Guerra Mundial, surgiu um marcante conflito envolvendo duas superpotências em busca de sua hegemonia no âmbito internacional, sendo elas; os Estados Unidos e a URSS na chamada Guerra Fria.

Para melhor compreensão desta época, conceitos como Imperialismo, Hegemonia e outros, são necessários para o entendimento dessa pesquisa. Além disso, também serão apresentadas algumas das teorias das relações internacionais, por fazerem parte importante do entendimento do período e das motivações de tomadas de decisões.

2.1 ESTADO, NAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS FACES

Nesse subcapítulo serão apresentados os conceitos de Estado-Nação, Imperialismo, Hegemonia e Superpotência.

2.1.1 Estado – nação

Estado é a instituição fundamental das sociedades civilizadas, desde a antiguidade, seja nas cidades ou nos impérios. O escritor Noberto Bobbio (2004), define o Estado em formas históricas, sendo muitos elementos que se deve considerar para diferenciá-los. Ele cita como distinção dos Estados o conceito de que:

Podem-se distinguir as diversas formas de Estado à base de dois critérios principais, o histórico e o relativo à maior ou menor expansão do Estado em detrimento da sociedade (um critério que inclui também aquele fundado sobre as diversas ideologias). À base do critério histórico, a tipologia mais corrente e mais acreditada junto aos historiadores das instituições é a que propõe a seguinte sequência: Estado feudal, Estado estamental, Estado absoluto, Estado representativo. (BOBBIO, 2004, p. 113-114)

Portanto, de acordo com o autor, pode-se observar que houve uma evolução dos Estados, começando com o Estado feudal, logo após veio o Estado estamental, em seguida o Estado absoluto e então o Estado representativo.

De acordo com Chaui (2004) o Estado é quem confere autoridade para gerir a sociedade através de impostos, taxas e tributos, além de aplicar leis, direitos e obrigações para os membros da sociedade. Também seria de autoridade do Estado o poder para usar a força, seja pela polícia ou exército, contra aqueles que forem considerados inimigos da sociedade, chamados de criminosos. Ela ainda cita que é o Estado que tem o poder de decretar paz e guerra, e que a sociedade tem a função de obedecer ao Estado, porém existe o direito de resistência quando o Estado é julgado como injusto, ilegal ou ilegítimo.

O autor Magnoli (2004) define que a Europa pós-medieval criou o Estado sob a forma de monarquias absolutas. As monarquias absolutas “investiram contra os interesses particulares e as prerrogativas aristocráticas do feudalismo”, consolidando o poder político. O autor ainda comenta que esse processo gerou “corpos estáveis de funcionários burocráticos e exércitos regulares e centralizados”. (MAGNOLI, 2004, p. 15). Porém esse poder político medieval, dividido em soberanias, era dissipado pelos golpes da realeza. Ainda de acordo com o autor, nos reinos medievais a soberania estava associada ao sangue, ou seja, à linhagem dinástica, e não ao território. Porém, com a chegada das monarquias absolutas, a soberania associou-se ao território, quando os monarcas empreenderam demoradas operações de linearização de fronteiras, expandido assim os enclaves medievais e afirmando sua autoridade sobre conjuntos de populações dos reinos. Nessa nova forma de poder havia fronteiras geográficas definidas e capitais permanentes, que foram materializadas como cidades que se tornaram sedes de órgãos do Estado.

Segundo o escritor Châtelet (1925), o Estado-Nação, enquanto uma representação política, são as populações que constituem uma sociedade no mesmo território e que reconhecem que são pertencentes de um poder soberano que as expressa. Ele cita que essa expressão surgiu com a Restauração Inglesa de 1690, porém firmou-se fortemente com a Revolução Americana de 1776 e a Revolução Francesa desde 1790.

Já de acordo com Magnoli (2004), o Estado nacional surgiu quando houve decadência do absolutismo e a sua substituição pelo liberalismo. Dessa forma, o poder que antes estava nas mãos dos monarcas, passou a fazer parte da nação,

que expressa sua soberania nacional por meio de eleições de governantes e outros cargos também eleitos. Nas palavras do próprio autor:

O Estado-Nação forneceu a solução para o problema teórico e jurídico ao despersonalizar o poder. O conceito de soberania nacional implica a radical distinção entre o público e o privado. A noção de poder – ou seja, de soberania e autoridade – associou-se nitidamente à esfera pública. A noção de pertencer – ou seja, de propriedade e patrimônio – associou-se à esfera privada. O direito contemporâneo evoluiu no alicerce dessa distinção. (MAGNOLI, 2004, p. 18-19)

Pode-se concluir então que quando existe um Estado há também um povo que é subordinado e esse, e então surge o conceito de Estado-Nação.

2.1.2 Imperialismo

O imperialismo tem como princípio a formação de uma determinada norma internacional, que é controlada por uma potência. Esse conceito é utilizado por desde autores realista até por autores marxistas, porém de diferentes modos, mas com o mesmo princípio. Essa norma internacional, que pode ser chamada de ordem mundial, pode ser negativa ou positiva, dependendo de cada autor.

Para Conant (1898), o imperialismo era fundamental para a aquisição do capital, e o autor alega na sua obra “As bases Econômicas do Imperialismo” que:

Pode-se discutir se esta política [imperialista] suporta o governo direto sobre grupos de ilhas semi-selvagens, mas do ponto de vista econômico da questão não há senão uma opção: ou entrar por algum meio na competição para o emprego de capital e empreendimentos americanos nesses países, ou continuar com a desnecessária duplicação dos existentes meios de produção e comunicações, com a consequente superabundância de produtos não consumidos, as convulsões que se seguem da paralisia do comércio, e a constante queda dos lucros sobre os investimentos que tal política negativa trará vinculada (CONANT, 1898, p. 29-30).

Conant (1898) foi quem começou a escrever sobre o imperialismo, no século 19, que foi a época em que o Imperialismo moderno surgiu agregado com o capitalismo monopolista. Mas outros autores vieram logo em seguida com mais profundidade no tema, como foi o caso da autora Rosa Luxemburg.

Segundo a autora Rosa Luxemburg (1983) cita em seu livro “A Acumulação de Capital”:

O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital. Em sua luta para conquistar as regiões não capitalistas que não se

encontram ainda dominadas. Geograficamente, esse meio abrange, ainda hoje, a grande parte da terra. Mas, comparado como poder do capital já acumulado nos velhos países capitalistas, que luta para encontrar mercados para seu excesso de produção, e possibilidades de capitalização para sua mais-valia, comparado com a rapidez com que hoje se transformam em capitalistas territórios pertencentes a culturas pré-capitalistas, ou, em outros termos, comparado com o elevado grau de forças produtivas do capital, o campo revela-se mesmo pequeno para sua expansão. (LUXEMBURG, 1983, p. 392).

A autora ainda cita que o imperialismo é uma forma de prolongar a existência do capital e também um meio seguro para pôr fim na sua existência.

O escritor Hobson (1981), traz uma forma bem clara de entender o imperialismo, quando ele fala que a pratica imperialista gera enriquecimento para poucos, e que de forma geral, é um mau negócio para a nação, mas excelente para algumas classes sociais e determinados grupos financeiros do país. Ele ainda cita que:

Embora o novo imperialismo tenha sido um mau negócio para a nação britânica, tem sido rentável para certas classes e certos grupos industriais e financeiros do país. Os enormes gastos de armamentos, guerras dispendiosas, os graves riscos e constrangimento para a política externa e freios impedimentos para as reformas sociais e políticas no Reino Unido, apesar de terem sido prejudicial para o todo, têm sido muito úteis para interesses econômicos de certos grupos industriais e profissionais (HOBSON, 1981, p. 61-62).

O autor Hobsbawm (2003) alega que, nos anos de 1890, já existiam os imperadores e impérios, mas o conceito de imperialismo era novo. Já se foi à época de que esse conceito era visto como bonito e de orgulhar-se, pois atualmente é visto como algo negativo e reprovado. Como o autor diz no seu livro intitulado "A Era dos Impérios", no cerne da análise leninista, era que a economia do imperialismo residia numa etapa específica do capitalismo que dividia o mundo em territórios de grandes potências capitalistas, formando um conjunto de colônias formais e informais e de "esferas de influência".

Com o objetivo de frear os avanços soviéticos na região da América Latina, no período da Guerra Fria, os Estados Unidos da América utilizaram a ideologia imperialista sobre o continente. Fica então imprescindível conhecer tal ideologia para melhor compreensão do trabalho.

2.1.3 Hegemonia

Hegemonia é a maximização do poder de certo Estado Nacional, a determinados partidos políticos ou classes sociais, organizados na parte interna das sociedades. Essa hegemonia no sistema internacional seria um Estado com poder maior entre os outros, dando-lhe o título de Estado hegemônico. O autor Gramsci (1968) explica na sua obra que hegemonia é:

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercuta sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordos com maior ou menor extensão. (GRAMSCI, 1968, p. 191)

De acordo com Hage (2004), o conceito é compreendido assim, ou seja, pode ser hegemonia de certa cultura ou de alguns grupos sociais sobre os outros, não os anulando, pois é justamente com um grupo coeso, com a aceitação dos membros, que há a ideia de hegemonia. Ele ainda ressalta que nas relações internacionais, a hegemonia, é uma unidade política que se sobrepõe sobre outra no sistema internacional. Hage (2004) traz o significado de hegemonia como:

Hegemonia significa a representação dos atores e instituições mais articulados ou mais influentes na liderança de pactos e alianças; é um termo válido para determinar um número de partidos políticos. Ainda mais se esses partidos são observados sob orientação marxista, partidos em busca do poder político quando se manifestam em grupo, no chamado “bloco histórico”, pensado por Antonio Gramsci, no livro **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. A ascensão de um país hegemônico é resultado do consentimento de um determinado grupo de Estados a favor daquele que consegue unir o maior número de categorias de poder, para que se faça valer sua aliança. (HAGE, 2004, p.42)

No período da Guerra Fria as duas superpotências [EUA e URSS] eram hegemônicas, pois a soma de seus poderes eram maiores comparados a outras potências. O escritor Furtado (1978) comenta que o mundo no pós Segunda Guerra Mundial foi marcado por dois fatos fundamentais, em suas palavras: “a bipolarização do poder e uma divergência fundamental entre as duas superpotências quanto a forma de autolimitar-se no exercício do próprio poder a fim de criar condições de convivência internacional. ” (FURTADO, 1978, p. 26).

Logo, fica claro que no período da Guerra Fria houve uma bipolaridade entre as duas superpotências hegemônicas, e que instituições, alianças e

organizações internacionais tiveram muita influência no período, como foi o caso da OEA, que serviu como uma das organizações que auxiliaram os Estados Unidos na sua orientação de incentivarem a construção uma sociedade internacional 'aberta' que, segundo o autor, dentro da qual o seu poder econômico faria com que eles assumissem facilmente a liderança.

2.1.4 Superpotência

Superpotências são os Estado Internacionais com maior poder, tanto no econômico, como militar, entre outros, que se sobrepõem sobre os outros por obter esse poder. Segunda a escritora Oliveira (2001), as superpotências ainda são equiparadas com as potências mundiais, pois não há uma clara separação entre as duas categorias. A autora ainda ressalta que o termo [superpotência] foi generalizado no pós Segunda Guerra, para indicar os novos tipos de hegemonia e dominação exercidos por alguns Estados no período. Nas palavras da autora citando Calduch Cervera:

Assim, as superpotências surgiram em momento bem singular da história, podendo ser entendidas como aqueles Estados que apresentavam "capacidade e vontade de exercer uma hegemonia absoluta no marco de uma sociedade mundial, mediante a disponibilidade de um poder militar de natureza nuclear, suscetível de provocar uma guerra de destruição maciça e simultânea, capaz de pôr em perigo a existência de toda a humanidade, assim como de uma potência econômica e técnica que permitisse manter e incrementar dito poder militar nuclear ao objeto de garantir sua capacidade dissuasória" (CALDUCH CERVERA, 1991, p. 156 apud OLIVEIRA, 2001, p 148-149).

A autora ainda conclui, citando Manoel Medina, que as superpotências apresentam-se como atores estatais que constam nos meios econômicos, militares e políticos, para se próprio defenderem e sem necessidade de participar de nenhuma aliança.

De acordo com Calduch Cervera (1991), as superpotências têm características como a "extensão territorial de dimensões continentais; importantes recursos demográficos; domínio ou controle de significativos recursos econômicos e tecnológicos; coesão e estabilidade político-ideológica interior; e acumulação de um potencial nuclear". Esse potencial nuclear deve ser tanto estratégico como tático e convencional, e que permita a ela exercer efeito de dissuasão a qualquer outro

Estado e inclusive a outra superpotência. (CALDUCH CERVERA, 1991, p. 158-160 apud OLIVEIRA, 2001, p. 148).

No período da Guerra Fria, os EUA e a URSS eram as superpotências mundiais, tanto pelo seu poder nuclear, quanto pelo poder econômico e cultural. Os dois países se destacavam dos demais, e até os amedrontavam, por causa do seu poder. O que lhes garantia esse destaque eram as organizações e alianças que os mesmos criavam para conseguirem aliados ou zonas de influência, assim, sua potência crescia na região.

2.2 TEORIA E HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agora serão apresentados a Teoria Realista e a importância do estudo da História das Relações Internacionais.

2.2.1 Realismo

O Realismo é uma corrente teórica que analisa a ordem mundial, e os atores que estão inseridos nela. De acordo com Pecequillo (2004), o Realismo é considerado por muitos críticos como a corrente teórica mais marcante nas Relações Internacionais, pois aponta maneiras de estudo da ordem mundial, seu caráter, o comportamento e motivações dos atores que fazem parte dela.

O estudo dessa corrente teórica teve início no século XX, a partir de trabalhos de escritores como E.H. Carr e Hans Morgenthau, porém sua base de pensamento baseada na Ciência Política tem origens mais antigas, com principalmente Hobbes e Maquiavel.

É considerada uma teoria clássica e tradicional das Relações Internacionais, o que lhe garante domínio e influência entre os analistas sobre as outras teorias que lhe terão como referência para debate. A teoria realista parte de uma visão objetiva da vida humana, do ser humano que visa sua sobrevivência, autonomia e aumento dos seus ganhos, onde enfatiza seu aspecto competitivo e conflituoso, ambicioso e predatório.

Para Herz (2004), o Realismo deixou de ser influente no pós Guerra Fria, e segundo o que a autora fala na sua obra intitulada “Organizações Internacionais”,

os principais atores no Sistema Internacional (SI) são os Estados, unitários, que buscam maximizar seu poder e sua segurança.

Logo, a Guerra se explica pelo fato de que a teoria realista leva em consideração que na esfera doméstica, há progresso, ordem e paz, já na esfera internacional, há desordem, conflitos e guerra.

Herz (2004) ainda aponta que, para os realistas, a ausência de governo mundial gera uma luta constante pela sobrevivência e por sua independência, então nessa visão, “os amigos de hoje podem ser os inimigos de amanhã”, sendo assim os atores são movidos pela falta de confiança no outro e pela lógica dos ganhos relativos. Ainda é possível dizer que na teoria realista, os conflitos internacionais são resolvidos através de guerras, pois não se tem uma boa visão da relação entre Estados.

De acordo com a autora Odete Maria de Oliveira (2001), o Realismo é, além de clássico e tradicional, estatocêntrico. Ela comenta que a responsabilidade e a conduta dos governantes estão isentas de qualquer preceito moral, e uma das principais características é a de que se separa a conduta do Estado e de seus governantes de todo e qualquer princípio moral, no campo interno e externo.

Segunda a autora, o poder, dentro do realismo, é o que diferencia os Estados, através do equilíbrio de poder e o conceito de potência, que no sistema internacional anárquico, tornam-se elementos necessários para manter a ordem. Ela traz como características essenciais do realismo três grandes pilares, que os cita como:

1. A política interna e a política internacional são consideradas duas áreas distintas e independentes entre si. Os princípios morais e democráticos não podem ser aplicados às Relações Internacionais. Na política Internacional prevalecem as questões de poder e de segurança, as quais constituem a alta política em detrimento dos demais temas internos como a economia, os quais constituem problemas de baixa política.
2. Na definição de ator internacional reconhece como tal apenas os Estados, verdadeiros atores nacionais, de conduta lógica, racional, despidos das paixões de seus governantes ou pressões de atores não-governamentais, pois só os Estados têm relevância no cenário internacional.
3. O poder e o uso da força constituem o traço forte do paradigma realista. Sendo as relações internacionais conflitivas, encontram-se em luta constante pelo domínio do poder. A paz e a segurança só poderão ser atingidas em equilíbrio de poder, uma vez que tal paradigma evoluiu sob a influência da hegemonia bipolar do poder internacional: EUA (economias capitalistas) *versus* URSS (economias planificadas). (OLIVEIRA, 2001, p. 85)

Então, a autora conclui que para os realistas o Estado é dominante, a cooperação é problemática e a ordem é uma imposição hegemônica entre as potências e que o poder é necessário e fundamental. Fica imprescindível o entendimento dessa teoria para saber as motivações dos Estados no período da Guerra Fria.

2.2.2 A Importância do Estudo da História das Relações Internacionais

As Relações Internacionais surgem a partir do contato dos homens de diferentes lugares, podendo ser através de diversas maneiras. De acordo com Oliveira (2001), os primeiros relacionamentos entre os homens e suas comunidades decorreram através de atos de guerra, de religião e do exercício de comércio. Foi a partir daí que foram sendo formados os direitos dos povos e das nações, estabelecendo assim relações de poder e de conquistas. Ao passar do tempo esses contatos evoluíram tornando-se organizações politicamente centralizadas e sistematizadas. Ainda segundo Oliveira, foi na Idade Média que surgem os Estados-nação, que mais tarde seriam denominados de Estados grandes e pequenos, que fortaleceram suas relações, chamando-as de Relações Internacionais.

Segundo Pecequillo (2004), as Relações Internacionais nasceram da necessidade das sociedades de perceberem as realidades externas que as afetavam e estudar como administra-las. A autora ainda cita que:

Na prática, ainda que possam existir exceções, as sociedades estabelecem entre si trocas e contatos constantes de mais variada natureza e alcance, não existindo um pleno isolamento, o que leva à criação desta demanda pela compreensão do internacional. Tais relações, dependendo da época histórica e do processo, oscilarão em torno de um eixo de cooperação e conflito. E, dependendo da sociedade e da situação, a pressão do internacional poderá ocorrer de maneira produtiva ou negativa, em maior ou menor escala, testando desde a identidade dos povos, até sua integridade e poder de resistência ao externo. (PECEQUILLO, 2004, p. 14-15)

Logo, o objetivo do estudo das Relações Internacionais são os atores e os acontecimentos que existem no sistema internacional, fora da esfera doméstica. Pecequillo (2004) afirma que esse evento trata-se da análise do que acontece “no mundo de fora” dessas sociedades, ou seja, consistem na forma organizada de pensar nas relações sociais que se estabelecem “além das fronteiras dos Estados”, o que fornece material para entender este campo externo.

Para Lessa (2005), é necessário o estudo da história das relações internacionais para compreender fatos como o poder mundial contemporâneo e o peso relativo que cada potência tem na ordem internacional. A História das Relações Internacionais por volta dos séculos XVI e XIX, foi caracterizada pela rivalidade crônica que procedeu ao sistema dos estados europeus, onde as grandes transformações políticas e econômicas ajudaram na criação do Estado-Nação europeu, e também ajudou na exploração e colonização de territórios de outras regiões do mundo. Foi desse processo que surgiu o sistema de estados transoceânicos e globais. O autor também cita que foi nesse período que é possível verificar que o sistema europeu de estados alçou-se sobre outras civilizações que estavam em um desenvolvimento similar, porém que conseguiram dominá-las.

Fica então importante o estudo das Relações Internacionais para compreender questões de guerra, de paz, de diplomacia, de interações econômicas e culturais entre diferentes sociedades no sistema internacional e seus efeitos sobre as pessoas.

2.3 O CONTEXTO DA PESQUISA: A GUERRA FRIA

Com o objetivo de introduzir o tema do trabalho serão apresentados a seguir uma introdução sobre a Guerra Fria e a Bipolaridade e outros temas como as Ideologias: Capitalismo X Socialismo.

2.3.1 Guerra Fria

A guerra fria foi um processo conflituoso que teve início na segunda metade da década de 1940, no pós Segunda Guerra Mundial, e aconteceu principalmente no campo ideológico. Em um dos lados os Estados Unidos com sua política capitalista e no outro a URSS com seu sistema socialista. Esse conflito deu origem a Revolução Cubana em 1959 e também à Crise dos Mísseis em 1962, impactando na política do continente norte americano sobre a América Latina.

Eric Hobsbawm (2003) cita em seu livro “Era dos Extremos” que a Guerra Fria foi um confronto das duas superpotências que emergiram da 2ª Guerra Mundial, conflito que durou cerca de 45 anos e que foi desde o lançamento das bombas

atômicas até o fim da União Soviética. Nas palavras do próprio autor, citando o Thomas Hobbes:

A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida” (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século xx, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade (HOBBSAWN, 2003, p. 224).

Para o autor Magnoli (1988), a Guerra Fria foi um sistema bipolar, que fundou seu equilíbrio de poder “numa geometria fixa polarizada” por somente duas superpotências, que se destacaram dos demais Estados por sua força bélica. Ou seja, tal força poderia destruir o mundo, logo, todos os estados internacionais estavam afetados. Magnoli ainda comenta que com o objetivo de conseguir aliados, os dois lados buscavam parceiros, através de propagandas veiculadas pela mídia. Logo, sua propaganda era essencialmente internacionalista e operava com pares de oposições, como liberdade/tiranía, riqueza/pobreza, entre outros.

O autor Vizontini (2007) relata no seu livro “História do Século XX” que as origens do conflito “encontram-se, em grande parte, nas divergências dos aliados ocidentais e os soviéticos acerca da ordem no pós-guerra”. Nas palavras do autor:

Em Yalta (fevereiro de 1945), Churchill, Roosevelt e Stálin promoveram, concretamente, um acordo de que os países limítrofes com a URSS na Europa não deveriam possuir governos anti-soviéticos, como forma de garantir suas fronteiras ocidentais. Fora através desses países, e com apoio de alguns deles, que os nazistas a haviam invadido. Os Estados Unidos, em contrapartida, obtiveram da URSS o compromisso de entrar em guerra contra o Japão na Manchúria, três meses após a rendição alemã (VIZENTINI, 2007, p. 93).

Percebe-se então, que os dois lados [EUA e URSS] buscavam estabelecer suas respectivas hegemonias para com as suas zonas de influência. Para isso, ambos começaram a desenvolver planos para obter certo controle dos países economicamente fracos no pós Segunda Guerra Mundial. Vizontini (2007) comenta que os Estados Unidos lançaram o Plano Marshall no ano de 1948 e como resposta, a URSS começou o projeto COMECON, em 1949.

No final, com a queda da URSS, o governo norte americano continuou submetendo a América Latina a suas ideologias, pois, mesmo derrotando seu rival [URSS], ainda havia Cuba, que era uma sucessora do pensamento socialista.

2.3.2 Bipolaridade

O termo bipolaridade foi primeiro apresentado pelo escritor Hans Morgenthau (2003) em 1948, quando o autor caracteriza o mundo como multipolar, com várias superpotências, como os EUA, a URSS, o Japão, e a Alemanha e a Grã-Bretanha, porém, com o surgimento da Guerra Fria, o mundo passou de multipolar para bipolar, pois agora duas superpotências se destacavam das outras pelo seu poder, que seriam os EUA e a URSS. Nas palavras do autor:

De agora em diante, só passava a ter relevância a posição das grandes potências (...) Essa situação, que foi pela primeira vez constatada durante a Primeira Guerra Mundial, viu-se acentuada pela polaridade entre Estados Unidos e a União Soviética, e constitui hoje a mais importante característica da política internacional. A potência dos Estados Unidos e da União soviética em comparação ao poder de seus aliados efetivos ou potenciais, tornou-se de tal modo avassaladora, que, graças ao seu peso predominante, as duas superpotências determinam o equilíbrio de poder entre as duas (sic). No momento esse equilíbrio não pode ser alterado de modo decisivo, pelo menos a curto prazo, por eventuais mudanças de alinhamento de um ou outro de seus aliados. O equilíbrio de poder transformou-se de multipolar em bipolar. (MORGENTHAU, 2003, p. 625-626)

O autor José Saraiva (2001) traz uma visão diferente da bipolaridade das duas grandes potências no período da Guerra Fria, quando o autor diz que a bipolaridade se tornou imperfeita. Ele cita no seu livro “Relações Internacionais dois séculos de história”:

A flexibilização da ordem bipolar foi a característica mais marcante das relações internacionais no período que vai de 1955 a 1968. Apesar das grandes crises internacionais presenciadas naqueles 13 anos, as duas superpotências já não operavam com os princípios da Guerra Fria dos anos 40 e da primeira metade dos anos 50. A coabitação pacífica, alimentada pela percepção da capacidade destrutiva que carregavam com seus armamentos atômicos, e as forças profundas que vieram alimentar os novos movimentos nas relações internacionais evidenciaram a imperfeição do modelo bipolar. (SARAIVA, 2001, p. 37).

Logo, a bipolaridade que houve durante a Guerra Fria era entre os EUA e a URSS, duas superpotências com um enorme poder nuclear que se sobrepuseram

dos demais países, justamente por esse poder, além do poder cultural, econômico e ideológico. O sistema bipolar se explica pelo fato de duas, neste caso, superpotências se destacarem no cenário mundial das demais, pelo seu poder hegemônico.

2.3.3 Ideologias

Nesse item é apresentado duas Ideologias: o Capitalismo e o Socialismo, muito importantes para a melhor compreensão do tema do trabalho.

2.3.3.1 Capitalismo

O sistema capitalista foi adotado pelos EUA e é o mais praticado no mundo contemporâneo. Isso se explica pelo fato que, no decorrer do conflito com a URSS, a política externa dos EUA procurava impor a ideia de maior capital, encorajando assim as demais nações a tê-la como exemplo, principalmente na região, ou seja, os países da América Latina.

Muitos autores falam sobre esse tema, mas os clássicos são Marx e Weber. Marx (1996) fala em seu livro “O capital” que o capitalismo surge com o princípio da produção mercantil e da circulação monetária. Tais princípios “não são imaginários”, porém são historicamente concretos, pois foram desenvolvidos na Europa sob o feudalismo.

O autor Weber, segundo o trabalho feito pelo escritor Catani (1998), procurou compreender o capitalismo como civilização do moderno mundo ocidental e ainda procurava encontrar manifestações de capitalismo em outras culturas. Nas próprias palavras do escritor Catani:

A partir daí Weber procurou mostrar como algumas manifestações de capitalismo também surgiram em outras culturas e igualmente tentou analisar um aspecto que particularizasse o capitalismo do Ocidente na Idade Moderna. Saliente que o ‘impulso para o ganho’ ou a ‘ânsia de lucro’, de lucro monetário o mais alto possível, nada têm haver em si com o capitalismo. ‘Este impulso existiu e existe entre garçons, médicos, cocheiros, artistas, prostitutas, funcionários corruptos, soldados, ladrões, cruzados, jogadores e mendigos – ou seja, em toda espécie e condições de pessoas, em todas as épocas e em todos os países da Terra, onde quer que, de alguma forma, se apresentou ou se apresenta uma possibilidade objetiva para isso.’ Assim, para ele, não é o ‘impulso para o ganho’ ou a ‘ânsia de lucro’ monetário que vão permitir que se chega a uma diferença específica entre o capitalismo ocidental e as outras formas de capitalismo (CATANI, 1998, p. 11).

O autor Magnoli (2004, p. 53), sugere em seu livro “Relações Internacionais” que o capitalismo passou por três estágios, o do capitalismo comercial, o industrial e o financeiro. Ele cita que o capitalismo comercial aconteceu no período dos séculos XVI à XVIII, e que foi constituído da divisão internacional do trabalho, “cujo poló eram as grandes potências comerciais europeias, que integraram a Ásia, a África e a América numa rede de fluxos mundial”. Esses fluxos representaram a forma original de organização de um espaço globalizado, ou seja, na moldura do mercantilismo, o crescimento dos monopólios comerciais e as técnicas voltadas para a conquista de saldos benéficos na balança comercial constituíram uma divisão internacional do trabalho “primitiva, fragmentária e com baixo nível de integração”.

O capitalismo industrial, ainda de acordo com o autor Magnoli, foi impulsionado pela produção de mercadorias. Foi no século XIX que a Revolução Industrial alastrou-se da Inglaterra para a Europa continental, quando está impulsionada pelas forças produtivas já instaladas no seu território projetaram sua influência sobre o espaço mundial, o que fez gerar uma nova divisão internacional do trabalho. Nas palavras do autor:

No capitalismo industrial, os investimentos no exterior tornaram-se elemento estruturante da divisão internacional do trabalho. O pano de fundo desse novo estágio foi o desenvolvimento dos transportes terrestres, com as ferrovias, oceânicos, com os navios a vapor, e das comunicações, com o telégrafo. A onda de investimentos no exterior foi liderada pela Grã-Bretanha – seguida longinquamente pela França, Alemanha, Holanda e pelos Estados Unidos – e semeou portos, ferrovias, usinas elétricas, sistemas de iluminação pública na Argentina, União Sul Africana, Índia, China, Austrália, Canadá, Brasil e México, dentre outros países. (MAGNOLI, 2004, p. 54).

E por fim, o capitalismo financeiro, que o autor Magnoli sugere que não foi impulsionado pela produção ou pela circulação de mercadorias, mas sim pelos mercados de capitais. Este aconteceu no século XX, no pós Segunda Guerra, quando a articulação entre as finanças e os capitais produtivos estruturaram uma nova divisão do trabalho internacional, cujo alicerce era o mercado global. Nas palavras do autor:

A Guerra Fria e a constituição de um bloco de Estados-satélites da União Soviética na Europa Oriental isolaram essa parte do mundo do processo de integração internacional dos mercados estabelecendo uma fronteira

geográfica para a globalização. Mas fora dos territórios delimitados pela Cortina de Ferro, aprofundou-se a interdependência das economias de mercado. (MAGNOLI, 2004, p. 54)

Logo, percebe-se que o capitalismo evoluiu ao passar dos anos, com o capitalismo comercial as relações de comércio internacional estavam começando, com a chegada do capitalismo industrial elas se aprofundaram, pois houve mais fluxo de comércio e conseqüentemente mais fluxo de capital e então a partir desse momento surgem as potências mundiais, como a Grã-Bretanha e Alemanha, que se destacavam no período, e depois vem o capitalismo financeiro, quando houve mudança de poder dos países, por consequência das guerras e disputas, e agora as superpotências não eram mais as mesmas, surgiram novas mostrando seu poder que além de econômico era nuclear, que seriam EUA e URSS.

2.3.3.2 Socialismo

O socialismo, como o próprio nome indica, é aprofundando nas relações sociais e ações sociais. A autora Chaui (2004), sugere que o socialismo recusa a separação do liberal entre sociedade e Estado e que procura, nas atividades sociais, fundamentos de poder e ação política. Há diversas teorias sobre o socialismo, porém será exposto apenas a do socialismo utópico e do socialismo anárquico. Na sua obra intitulada “Convite a Filosofia”, a autora começa introduzindo a teoria do socialismo utópico, que nas palavras da autora:

Essa corrente socialista vê a classe trabalhadora como despossuída, oprimida e geradora da riqueza social sem dela desfrutar. Para ela, os teóricos imaginam uma nova sociedade na qual não existam a propriedade privada, o lucro dos capitalistas, a exploração do trabalho e a desigualdade econômica, social e política. Imaginam novas cidades, organizadas em grandes cooperativas geridas pelos trabalhadores e nas quais haja escola para todos, liberdade de pensamento e de expressão, igualdade de direitos sociais (moradia, alimentação, transporte, saúde), abundância, justiça e felicidade. Essas cidades são concebidas como comunidades de pessoas livres e iguais que se autogovernam. Por serem cidades perfeitas, que não existem em parte alguma, mas que serão criadas pela vontade livre dos despossuídos, diz-se que são cidades utópicas e as teorias que as criaram são chamadas de utopias. (CHAUÍ, 2004, p. 380-381).

E depois a autora traz a teoria do socialismo anárquico, quando a autora cita que o principal pensador dessa teoria foi o russo Bakunin, que se inspirou nas ideias socialistas de Proudhon. Ela sugere então que essa teoria tem como ponto de

partida a crítica ao individualismo burguês e do Estado liberal, considerando estes autoritários e antinaturais. Nas palavras da autora usando o pensamento de Rousseau:

Os anarquistas acreditam na liberdade natural e na bondade natural dos seres humanos e em sua capacidade para viver felizes em comunidades. Atribuem a origem da sociedade, isto é, a existência de indivíduos isolados, precariamente associados e em luta permanente, à propriedade privada e à exploração do trabalho, e a origem do Estado ao poder dos mais fortes (os proprietários privados) sobre os fracos (os trabalhadores). Sociedade e Estado são antinaturais porque se opõem à tendência natural dos homens a viver igualitariamente e livremente em comunidades autogovernadas. (CHAUI, 2004, p.)

Conclui-se então que, diferente do capitalismo, o socialismo busca igualdade entre as pessoas das sociedades, e que essas não precisam ser governadas por pessoas de maior poder, pois haveria desigualdade. No capitalismo o princípio é o capital e a propriedade privada, no socialismo o princípio é a igualdade do capital e a propriedade pública.

3. INTENÇÕES HEGEMÔNICAS DOS EUA SOBRE A AMÉRICA LATINA

Nesse capítulo serão apresentadas as intenções hegemônicas dos Estados Unidos sobre a América Latina. Será dividido em três partes, sendo a primeira os aspectos da colonização no continente americano, dando ênfase a colonização Inglesa na América; a segunda tratará sobre a construção dos Estados Unidos, sobre sua independência e a construção de uma zona de influência no continente; e por último, na terceira parte, será apresentado as relações econômicas dos EUA com a América Central, América Latina e com o resto do mundo, mostrando a pujança de sua economia.

3.1 ASPECTOS DA COLONIZAÇÃO INGLESA NA AMÉRICA

Nesse momento será apresentado os aspectos da colonização inglesa na América, especialmente no Norte, e também aspectos culturais e religiosos do povo que se criou naquele período da história.

3.1.1 Aspectos da Colonização

A colonização do continente americano pelos europeus se deu a partir do século XVI, e foi liderada pelos Portugueses e Espanhóis. Segundo o escritor Carvalho (1971), esse evento ficou conhecido como o processo de intensa globalização, a chamada Expansão Marítima. Também ficou conhecido como o período das Grandes Navegações, e o principal objetivo dos navegadores era buscar riquezas, sendo desde a exploração das terras até ao trabalho escravo, principalmente de indígenas e africanos. Mas, além disso, eles também buscavam expandir seu território e espalhar o cristianismo para os demais povos. Com o sucesso das navegações, não demorou muito para mais países da Europa também se aventurarem em busca de riquezas na América.

Segundo o escritor Lessa (2005), foi durante o século XVI e até o final do século XIX que a história das relações internacionais ficou marcada pela rivalidade crônica que caracterizou o sistema de estados europeu. Foram as grandes

transformações políticas e econômicas que favoreceram no surgimento e na consolidação do Estado-nação europeu, e também na sua expansão pela exploração e colonização de territórios ultramarinos, o que lhe permitiu a ascensão política e econômica sobre outras regiões do mundo. Foi a partir disso que surgiu o sistema de estados transoceânico e global.

Logo após o sucesso que os Portugueses e Espanhóis tiveram nas suas navegações na América, os Ingleses também foram em busca de riquezas para melhorar sua economia. De acordo com o autor Carvalho (1971), os Ingleses penetraram na América diretamente pela costa oriental, durante o final do século XVI, incluindo o cabo Cod e o Cabo Hatteras, que ocupava a faixa litorânea do continente. Nesta região os estabelecimentos ingleses, formados principalmente por emigrantes das ilhas, refugiados e perseguidos por motivos religiosos, tinham se organizado em diferentes coletividades, social e economicamente, pois eram vários os meios físicos. Nos relatos do próprio autor:

Todos os setores eram favorecidos pelos *estuários dos pequenos rios* que, em vez de deltas, ofereciam embocaduras acolhedoras à navegação. Na parte setentrional, constituíram-se as Comunidades da Nova Inglaterra, que dividiu o território em *centros urbanos* ou vilas denominadas *townships*; eram típicas cidades regionais rodeadas de campos cultivados que pertenciam em comum à *corporação cidadina*, possuindo igreja, escola, cemitério e centro administrativo próprio. Este sistema habitacional ia-se estendendo para o oeste; no Sul, houve tentativas de construir comunidades do mesmo tipo. Mas o *Sul* se desenvolvia em quadro geográfico diferente; lá se formaram as grandes propriedades, sob o “regime de plantação”, pertencendo a terra não ao grupo, mas ao proprietário, ao qual cabia o papel político. Ao escassear a mão-de-obra branca no trabalho das culturas de fumo, de arroz, de algodão e de anil, foram aos poucos importados africanos. Entre as comunidades do Norte e as propriedades do Sul, as ditas *Colônias mediais* (Middle Colonies) praticaram um terceiro tipo de vida econômico-social, multiplicando a pequena propriedade individual; foi o sistema que prevaleceu ao desenvolver do país. (CARVALHO, 1971, p. 85-86)

Logo, segundo o escritor Ferro (2002), a penetração da Inglaterra na América aconteceu em vários entrepostos costeiros, de Hudson à Virgínia. O autor relata que o início foi difícil e muitos foram mortos em confrontos com os índios, porém a colônia inglesa conseguiu superar esses conflitos e implantou uma cultura de futuro promissor, o tabaco, que obteve o monopólio das vendas na Inglaterra. Nesse mesmo período uma expedição partiu da Virgínia para o Norte, e então surge o conceito de Nova Inglaterra, que foi como os ingleses descreveram o local. Nas palavras do escrito Ferro:

Os Pais Peregrinos que lá chegaram em 1620, a bordo do *Mayflower*, pensaram primeiramente em desembarcar na Virginia; as tempestades fizeram-nos mudar de ideia. Ora, esses Pilgrims Fathers, esses puritanos eram apenas 35 entre os duzentos imigrantes que desembarcaram no cabo Cod, fundando o porto de Plymouth. Eles, e sobretudo seus descendentes, souberam convencer que foram os fundadores dos futuros Estados Unidos (1620). E o foram, a seu modo, visto que assinaram uma espécie de acordo, o Compact do *Mayflower*, que foi a base da democracia calvinista. Essa colônia de Massachusetts, com sua universidade de Cambridge fundada por um *clergyman* de Boston, Harvard, logo se tornou um exemplo de governo, que as outras colônias imitariam. (FERRO, 2002, p. 66)

Então, conforme citado pelos autores acima, a América do Norte foi em grande parte colonizada pela Inglaterra, que deixou traços de sua cultura e economia. A América apenas obteve sua independência em 1783, processo que começou em 1776, com o Tratado de Versalhes, quando, segundo o autor Lessa (2005), surge um ator extra-europeu, que teria condições de acumular poder e riqueza suficientes para rivalizar com as potências europeias nas suas questões nas Américas.

3.1.2 Relação Povoamento Território x Religião (Puritana)

A Inglaterra estava se instalando no território da América do Norte quando, no seu território, houve perseguições religiosas pelo governo de Henrique VIII, então, segundo Pinto (2013), muitos puritanos partiram para a América em busca de refúgio. Já lá, o objetivo era criar espaços onde poderiam exercer livremente seus preceitos religiosos. Eles se instalaram onde hoje é o estado de Massachusetts, e ali criaram o primeiro núcleo de colonização, que ficou conhecido como Plymouth. Segundo o escrito, a religião colaborou para a colonização inglesa, pois, nas palavras do autor:

A religião puritana contribuiu para a colonização inglesa, no sentido de que a religião preconizava que através do trabalho se poderia alcançar a graça e a salvação divina. Os preceitos religiosos serviram para consolidar uma ética do trabalho, contribuindo para a prosperidade dos colonos e também conformando um rígido código de conduta social. (Acesso em 11 de Setembro de 2015)

Ainda segundo o autor, as famílias que se formaram no território americano eram parecidas com as da Europa, tinham costumes e cultura parecidos.

As famílias eram essencialmente patriarcais, onde o pai ou o marido era quem mandava na família, a autoridade, e todos os membros trabalhavam. A média de filhos era sete, porém muitos morriam antes de 1 ano de idade por doenças, a mortalidade infantil era altíssima.

O papel da mulher foi muito importante, pois ela trabalhava dentro e fora de casa. Ela que era responsável pela comida e roupas dos filhos e marido, era o que garantia a comida e roupa da família. Diferente das mulheres da Europa, a mulher inglesa na América só se casava em média com 24 anos, já na Europa se casavam bem mais cedo, em torno de 17 anos. Mesmo se não fosse casada a mulher não tinha autonomia, ficava as sombras do pai. Podia casar-se apenas uma vez, o divórcio até existiu, por um período curto, pois foi extinto. Os filhos eram vestidos como adultos, e aprendiam a ler e escrever com sete anos, porém já ajudavam nos serviços de casa desde pequenos, e geralmente seguiam a profissão dos pais.

Nas colônias do Norte desenvolveu-se principalmente o trabalho manufatureiro, porém, grande parte da população trabalhava no campo, com a agricultura. O autor Pinto (2013) comenta que grande parte da população das Treze Colônias inglesa era puritana (protestantes), principalmente os colonos do norte. O povo puritano se vestia com roupas de tons escuros e as mulheres não vestiam joias. Essa sociedade era voltada para o trabalho, como comentado anteriormente, e reservavam pouco tempo para a diversão. Geralmente comemoravam a construção de celeiros e misturavam lazer com trabalho. Por isso que ficaram conhecidos pela sua ética no trabalho, pois era um dos principais pilares da ideologia protestante.

Logo, percebe-se que a economia inglesa estava boa, pois com a exploração da América, essencialmente no Norte, fez com que o governo conseguisse acumular riquezas e tornar-se destacável entre os outros.

3.2 A CONSTRUÇÃO DOS EUA E O INÍCIO DO PROJETO HEGEMÔNICO – O SÉCULO XIX

Nesse momento será apresentado a construção dos Estados Unidos, falando sobre o seu Processo de Independência, sobre a Doutrina Monroe, sobre a expansão para o Oeste, sobre o Big Stick, Guerra de Secessão e a criação de uma Zona de Influência no continente.

3.2.1 Processo de Independência

A Inglaterra já dominava praticamente toda a América do Norte, quando tomou as colônias francesas, porém, de acordo com o escritor Lessa (2005), com a participação na Guerra dos Sete Anos, a Inglaterra mostrou que tinha problemas financeiros, e então como solução para encontrar equilíbrio e ainda proteger os colonos dos franceses, foram criadas leis para arrecadar tributos. Essas leis foram chamadas de Lei do Açúcar e Lei do Selo, que previam altas taxas sobre o açúcar e seus derivados, que só poderiam ser exportados para a Inglaterra, e a Lei do Selo previa que todos os documentos fossem selados pelo selo real, que teria uma outra taxa. Houve então rebelião pelos colonos que não aceitaram essas novas leis, e em 1765, em Nova York, reuniram-se o Congresso da Lei do Selo, que se declaravam fieis à Coroa, e decidiram boicotar o comércio inglês. Nas palavras do escritor Lessa (2005):

Os comerciantes ingleses pressionaram o Parlamento e a Lei do Selo foi revogada. Os colonos continuaram contestando o direito legislativo do Parlamento inglês. Recusaram-se a cumprir a Lei de Aquartelamento (1765), pela qual lhes era exigido apoio logístico (alojamento, víveres e transporte) para as tropas enviadas à colônia. Em 1767, considerando que os colonos contestariam repetidamente as novas taxas sobre o comércio interno, o governo inglês resolveu editar novos atos baseados na tributação do comércio externo, aumentado então impostos sobre produtos importados, como chá, vidro, papel e corantes. (LESSA, 2005, p.34-35)

Com essas medidas, mais uma vez, os colonos usaram o recurso do boicote, e grande parte dos novos impostos foram abolidos em 1770. As rebeliões continuaram com a Lei do Chá, que em 1773 concedia monopólio do comércio à Companhia das Índias Orientais, que deveria transportar o chá diretamente das Índias para a América, sem intermediários. Porém, não demorou muito para os colonos protestarem, por receio de que o governo aplicaria essa mesma lei para outros produtos, então no mesmo ano, um navio que transportava trezentas caixas de chá pela Companhia, foi atacado por colonos, que jogaram todo o chá no mar, esse evento ficou conhecido como “A festa do chá de Boston”.

Logo, percebeu-se que a crise entre colônia e metrópole era incontrolável. De acordo com os escritores Visentini e Pereira (2010), com o objetivo de frear os colonos das manifestações, e em vista que o parlamento não poderia ceder ou revogar a Lei, pois estaria entregando o controle, foram implantadas as Leis

Intoleráveis, em 1774, que previam que os colonos eram obrigados a sustentar as tropas residentes na colônia. Então o porto de Boston foi fechado e só seria reaberto quando fossem pagos todos os prejuízos com “a festa do chá”, a colônia de Massachusetts foi interditada e o governo assumiu poderes excepcionais. Dentre de tantas leis intoleráveis, em 1774, os colonos convocaram o Primeiro Congresso da Filadélfia, pedindo a revogação das leis e exigindo mais participação no parlamento inglês. E então no Segundo Congresso da Filadélfia, em 1775, George Washington, da Virgínia, foi nomeado como comandante das tropas americanas e uma comissão organizada por Thomas Jefferson teve a tarefa de redigir a Declaração de Independência, que foi feita em 4 de julho de 1776, iniciando assim a Guerra da Independência da América do Norte.

Lessa (2005) comenta que esse processo foi longo e houve grandes lutas contra os ingleses, porém os colonos concretizaram o processo com apoio militar e financeiro da França e da Espanha, nas palavras do autor:

Em 1781, sitiado em York town, o exército inglês capitulou. O Tratado de Versalhes, em 1783, reconheceu a independência dos Estados Unidos da América, com fronteiras nos Grandes Lagos e no Mississípi. O surgimento dos Estados Unidos como país independente teria consequências muito importantes para a história das relações internacionais e para os padrões de interação entre as potências europeias: passava a existir, pela primeira vez, um ator extra-europeu que teria condições de acumular poder e riqueza suficientes para, em médio prazo, rivalizar com as potências europeias nas suas questões nas Américas e no Hemisfério Ocidental e, em longo prazo (até o final do século XIX), exercer influência sobre o equilíbrio global de forças. No mesmo tratado, a Inglaterra fazia concessões à França, que recuperou Santa Lúcia e Tobago nas Antilhas e seus estabelecimentos no Senegal, e à Espanha, que recebeu a ilha de Minorca e a região da Flórida. (LESSA, 2005)

Logo, fica evidente que a independência dos Estados Unidos da América foi um grande marco na história das relações internacionais, por serem os primeiros a revolucionarem contra a colonização e contra o mercantilismo e conseguirem ser vitoriosos.

3.2.2 Doutrina Monroe

Nesse mesmo período de independência dos EUA, a América Latina também passava por processos de independências, então era hora dos Estados Unidos da América agirem para garantir sua presença na região.

E foi em 1823 que o então presidente dos Estados Unidos da América, James Monroe, declarou que não queria mais a presença europeia no continente latino-americano e esboçaram a primeira manifestação de sua influência, procurando garantir sua potência no seu lado do globo. Para Pecequillo (2003), os EUA fizeram isso para garantir seus interesses na região, que já havia começado muito antes. Nesse período de crise do antigo sistema colonial os impérios coloniais de Portugal e Espanha já estavam em decadência, e então foi inserida a Doutrina Monroe, como foi nominado o evento do Presidente. Na mensagem o Presidente citava que não aceitaria a recolonização de nenhum país americano por um país europeu:

Com as existentes colônias ou possessões de qualquer nação europeia não interferimos. Com os governos, todavia, que declaram a sua independência e a mantiveram, e cuja independência, com grande consideração e princípios justos, reconhecemos, não poderíamos ver qualquer interposição com o propósito de oprimi-los ou de controlar de qualquer outra forma o seu destino, sob outra luz que não como manifestação de uma disposição inamistosa, em relação aos Estados Unidos [...] é possível que as potências aliadas estendessem o seu sistema político a qualquer outra parte de qualquer outro continente sem pôr em perigo a nossa paz e felicidade; e nem pode ninguém acreditar que os nossos irmãos do sul, se isso lhes fosse permitido, o adotariam espontaneamente. É da mesma forma impossível, portanto, que contemplemos tal interferência de qualquer forma, com indiferença [...] É ainda verdadeira política dos Estados Unidos de deixar as partes por si mesmas, na esperança que os outros poderes irão perseguir o mesmo curso (MONROE, 1823).

Logo, percebe-se que o Presidente definiu sua política norte americana em relação às grandes potências mundiais. Para os autores Visentini e Pereira (2010), a Doutrina Monroe veio para reafirmar a independência dos países americanos, protegendo o continente de qualquer intervenção ou tentativa de recolonização por parte das potências europeias, e por outro lado, mostrava os Estados Unidos como uma possível liderança hemisférica.

Fica evidente a importância dos EUA, que ainda é vista nos dias de hoje, por sua força hegemônica, e isso explica questões de guerra, pois foi assim que os EUA conquistaram a maioria de suas terras. Também pode-se observar que com isso, os EUA, se colocaram como protetores da América do Sul, garantido assim seus interesses no continente. A Doutrina Monroe seria então, o utensílio que os Estados Unidos usariam para se imporem na América Latina e definir

internacionalmente a sua influência, precisamente num momento em que nenhum país poderia lhes fazer frente.

3.2.3 Expansão para o Oeste – Início do Projeto Hegemônico

A expansão para o oeste foi o evento que aconteceu no século XIX nos EUA, que consistia no avanço de seu crescimento territorial. Segundo o escritor Lessa (2005), os EUA aproveitaram o aprofundamento das transformações econômicas e das correntes de comércio proporcionadas pela Revolução Industrial, para continuar seu crescimento. O período era favorável a eles, que já haviam conquistado sua independência e estavam criando zonas de influências, como, por exemplo, com a Doutrina Monroe, e agora precisavam aumentar seu território.

De acordo com Visentini e Pereira (2010), o Oeste era uma terra promissora, e foi por isso que houve guerras contra os índios e os mexicanos. Nas palavras dos autores:

Quando da independência, o território norte americano estendia-se do Atlântico ao Mississipi, incluindo as terras ocupadas pelos índios, entre os Montes Apalaches e o Mississipi. Posteriormente, foram compradas as regiões da Louisiana à França (1803), da Flórida à Espanha (1819) e do território de Gadsden (1853), ao México. Em 1867, a formação territorial estaria completa com a compra do Alasca, à Rússia (contrariando os britânicos, que ambicionavam a região). Contudo, a expansão dos Estados Unidos não se consolidou apenas em função de tratados amigáveis e compra (em alguns casos não pagas), mas essencialmente às custas de guerras contra os índios e os mexicanos. (VISENTINI, PEREIRA 2010, p.)

Os autores ainda comentam que a frustrada tentativa de converter os índios ao cristianismo, resultou em massacres de tribos inteiras. Seja pelo uso de violência, pela rápida deterioração dos costumes, como a venda de bebidas alcoólicas aos indígenas, ou ainda pela expulsão das terras e transferência para locais inóspitos.

Foram vários os fatores que influenciaram os Estados Unidos a expandirem-se para o Oeste, Visentini e Pereira (2010) citam o grande influxo de imigrantes europeus e a dificuldade de obter terras no litoral Atlântico, que já havia sido ocupado. Eles ainda comentam que a expansão para o Oeste se obteve em grande medida em detrimento do México, pois suas terras despertavam o interesse

dos sulistas, que, progressivamente, foram ocupando o território mexicano do Texas. Nas próprias palavras dos autores:

Os Estados Unidos mantiveram com o México divergências em relação às fronteiras do Texas, bem como disputavam com a Grã-Bretanha as fronteiras do Oregon. Com a Grã-Bretanha os norte-americanos buscaram uma solução negociada, mas com o México entraram em guerra (1846-1848). Através da assinatura do Tratado Guadalupe-Hidalgo, no qual o México reconhecia a perda do Texas e cedia aos Estados Unidos a área do Texas à Califórnia (incluindo Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México), os norte-americanos avançavam ainda mais na configuração de seu território. (VISENTINI, PEREIRA 2010, p.)

Logo, percebe-se que praticamente todo o território Oeste já pertencia aos Estados Unidos. Porém, ainda de acordo com os autores, o mais fundamental nisso é que com as terras tomadas do México, estava garantido o acesso ao Oceano Pacífico, assim, o interesse pelo Extremo Oriente, abrindo o Japão ao comércio internacional (1854) e aproximando-se da China, revelando uma nova etapa da política externa norte-americana.

3.2.4 Guerra de Secessão

A Guerra de Secessão foi um conflito armado que envolveu os estados do norte e sul dos Estados Unidos de lados opostos. Segundo o autor Vilhena Jr. (2015), os estados nortistas, ou unionistas, como eram chamados, e os estados sulistas, ou confederados, mantiveram o conflito entre os anos de 1861 a 1865. Para o autor, essa guerra constituiu um dos eventos mais marcantes na formação dos Estados Unidos e simboliza um marco definitivo da passagem do colonialismo para modernidade industrial.

As razões para a guerra seriam as diferenças eminentes da colonização dos dois lados, pois foram colonizados de formas distintas, gerando sociedades e economias diferentes nas respectivas regiões. O sul desenvolvia grandes fazendas monocultoras, utilizavam-se de trabalho escravo, tinham uma economia essencialmente agroexportadora e dependente, parecida com a que havia na Europa, ou na América Latina, na mesma época. Já o norte foi desenvolvido uma economia e sociedade mais diversificada e urbana, no campo predominava pequenas e médias propriedades, que se utilizavam de trabalho familiar e assalariado. As cidades se desenvolveram rapidamente, com um comércio e uma

indústria crescente, e o que também contribuiu para isso foi o intenso fluxo de imigrantes europeus que vinham para tentar a sorte no novo mundo.

Ainda de acordo com o autor, foi a Constituição de 1787 que permitiu que sociedades e economias tão distintas convivessem no mesmo país por tanto tempo, e também os arranjos políticos temporários ajudaram garantindo por mais um tempo. Porém, a partir de meados do século XIX novos problemas agravaram as relações na Federação, que se somaram a outros que já existiam. Os estados do norte estavam ligados a Revolução Industrial, o que gerou novas necessidades e o desejo de uma nova administração na nação.

Outras questões que estavam tornando a convivência ainda mais difícil entre os dois lados eram as tarifas, a distribuição de recursos e a emissão de papel moeda, pois o norte defendia leis e medidas de âmbito federal, já o sul desejava maior autonomia estadual. O norte buscava o protecionismo alfandegário e o sul o livre-cambismo. Mas o maior problema ainda era a escravidão, pois o norte queria abolir com a escravidão, principalmente os da região da Nova Inglaterra, e os sulistas defendiam veemente o direito à escravidão e o seu modo de vida.

O autor Vilhena Jr. (2015), comenta que a expansão para o oeste e a formação de novos estados exacerbaram a crise política, tributária e social entre Norte e Sul. Pois, enquanto iam se formando novos estados, eles tinham que seguir o modelo Norte ou Sul, e qualquer discussão sobre que modelo escolher gerava conflitos violentos. Para solucionar esses conflitos foram assinados acordos que previam que os novos estados do Oeste que se formavam seriam divididos a partir da latitude, e que os que estariam do lado norte do paralelo seriam abolicionistas, e os que estivessem ao lado sul seriam escravistas, porém em 1850 esses acordos foram abandonados.

Os partidos Republicano e Democrata surgem nesse momento, no Norte os Republicanos, que buscavam a abolição da escravidão, e no Sul os Democratas, que defendiam tal prática. Foi nas eleições de 1860, que o partido Democrata veio com dois candidatos na corrida à presidência, então os Republicanos colocaram Abraham Lincoln de seu lado, pois ele defendia posições moderadas em relação à escravidão, e com 40% dos votos, foi eleito Presidente. Os sulistas se revoltaram e antes mesmo de Lincoln assumir o poder, os estados do Sul desligaram-se dos Estados Unidos, criando um novo país, que chamaram de Estados Confederados da

América. O atual Presidente em mandato e Lincoln até tentaram intervir, mas sem sucesso, e foi aí que estourou a guerra.

A guerra resultou na morte de mais de 600.000 estadunidenses, e os nortistas saíram vencedores, pois apesar de terem menos eficiência que os sulistas, tinham mais capacidade industrial e mais população. Então A. Lincoln, no seu mandato, libertou os escravos através do Ato de Emancipação, porém só mais tarde foi definitivo, quando o Congresso proibiu oficialmente a escravidão nos Estados Unidos.

3.2.5 Big Stick

Os efeitos da Doutrina Monroe já eram vistos na política externa dos Estados Unidos desde 1823, com o afastamento do mundo europeu na América, juntamente com a não intervenção europeia nos assuntos americanos e o predomínio norte-americano na parte continental sul.

Entretanto, foi apenas em 1904 que a influência norte-americana passou a realmente aprofundar-se na América do Sul com a implantação do *Big Stick*, que também ficou conhecido como o Corolário Roosevelt. O Big Stick foi implementado pelo então Presidente estadunidense, Theodore Roosevelt (, e era uma ideologia que garantia aos Estados Unidos o direito de intervir nos assuntos internos dos países Latino-Americanos sempre que esses não agiam de maneira eficiente e decente em questões políticas e sociais. Nas palavras do próprio Presidente Theodore Roosevelt (1916, p.14), “a fidelidade dos EUA à Doutrina Monroe pode obrigar a intromissão direta nos assuntos de qualquer Estado do Hemisfério Ocidental”.

Logo, percebe-se que o *Big Stick* foi então, um reforço para a Doutrina Monroe que até o momento nunca teve verdadeiros mecanismos de implementação, pois ele garantia o direito de intervenção nos assuntos hemisféricos.

Sobre esse tema Visentini e Pereira (2010) ressaltam:

Em relação à América Central e aos países mais fracos do continente, valia o *Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe*, ou *Big Stick*, o “grande porrete” com o qual o presidente Ted Roosevelt impunha os interesses *yankees*. A rapidez com que emergiu a nova política exterior norte-americana deveu-se tanto às dimensões alcançadas pela economia deste país, que precisava projetar-se para fora, como também à preocupação dos Estados Unidos em

relação à presença de enclaves europeus na região, tendo em vista a debilidade da maioria dos Estados latino-americanos de então. (VISENTINI, PEREIRA, 2010, p. 145)

Logo, pode-se perceber que a política externa norte-americana tinha interesse no continente latino-americano desde antes da implantação da Doutrina Monroe, e se intensificou em 1904, com o *Big Stick*. A diferença dos dois é que a Doutrina Monroe proibiu a intervenção europeia no continente, e o *Big Stick* afirmou o direito dos Estados Unidos de intervir em questões da política da América Latina.

Sendo assim, os anos após a Primeira Guerra Mundial apenas reforçaram a hegemonia norte-americana em relação à América Latina.

3.2.6 EUA x América Central (Construção de uma Zona de Influência na América Central)

Com suas políticas intervencionistas, os Estados Unidos continuavam a avançar no continente, sempre tentando garantir seus interesses na região. Enquanto os Estados Unidos avançavam para o Oeste, as antigas colônias latino-americanas de Portugal e Espanha conquistavam suas independências, e na Europa acontecia a restauração do absolutismo monárquico, que se deu através da Santa Aliança.

A Santa Aliança foi a criação de um exército formado por Rússia, Áustria e Prússia, as conhecidas potências conservadoras e absolutistas, que de acordo com Marques (2015), previa o direito de intervenção contra qualquer manifestação nacional ou liberal. Foi em 1815 que foi fundada, junto ao Congresso de Viena, e o principal objetivo era frear a expansão militar de Napoleão Bonaparte e seus ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

A Santa Aliança também defendia o direito de Portugal e Espanha retomar o controle das colônias latino-americanas, que estavam conquistando suas independências. Nesse mesmo período, a Rússia, que estava ligada a Santa Aliança, conquistou o Alasca, que se localizava no nordeste do continente americano. Foi aí que os Estados Unidos, ao comando do Presidente Monroe, lançaram a Doutrina Monroe, em 1823, que baseava-se na premissa de que a América era para os Americanos, e que não permitiria a intervenção de nenhum país da Europa sobre o continente americano.

Depois da Doutrina Monroe (1823), surgiu o Big Stick (1904), implantado pelo então presidente Theodore Roosevelt (1901 – 1909), que só reafirmava o que a Doutrina Monroe já havia trazido, só que adaptando-se ao que o período precisava, e que afirmava que o continente americano era interesse dos Estados Unidos.

O Big Stick, ou corolário Roosevelt, como ficou conhecido, afirmava o direito norte-americano de intervir em questões dos países latino-americanos. E interviu, como foi no caso da alfandega da República Dominicana, que, de acordo com o autor Domingos (2013), aconteceu por causa de uma dívida que o governo dominicano não pagou, e a Companhia de Melhoramentos de Santo Domingo exerceu o direito sob a decisão da arbitragem e tomou a alfandega.

Mas isso gerou conflitos com os europeus, que reivindicaram seus direitos, e se temia uma intervenção naval pelos europeus, dado por acontecimentos anteriores. E então o Presidente dominicano foi aconselhado a pedir aos EUA que assumissem controle da situação, ou seja, financeiramente.

O senado americano não gostou nem um pouco da proposta, porém Roosevelt mesmo assim assinou um acordo com o Presidente dominicano Morales e estava garantido o pagamento das dívidas aos europeus. Antes mesmo que os europeus pudessem cobrar, Roosevelt mandou um funcionário à alfândega e esse ficou responsável para garantir os direitos e distribuir 55% do rendimento obtido pelos credores estrangeiros.

Por traz disso, o pensamento de Roosevelt era que os Estados civilizados têm o direito de intervir e interferir, consequentemente assegurando as obrigações de outros Estados considerados não-civilizados. Dessa forma os EUA garantiram seu objetivo de manter longe do continente americano as potências europeias.

3.3 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE EUA/ MUNDO/ AMÉRICA LATINA

Nesse momento será apresentada a pujança da economia Norte Americana e suas ações imperialistas sobre o continente.

3.3.1 A Pujança da Economia Norte Americana e as ações imperialistas sobre o continente

A economia Norte Americana estava experimentando uma mudança muito rápida. Segundo uma publicação do Departamento de Estado dos EUA (2012), no período entre as duas guerras (Guerra Civil e Primeira Guerra Mundial), os EUA atingiram sua maioridade, pois em menos de 50 anos o país passou de uma república rural para um Estado urbano que passou a ser caracterizado por grandes fábricas e siderúrgicas, ferrovias transcontinentais, cidades que se desabrochavam e grandes propriedades agrícolas. Porém, toda essa mudança radical trouxe dificuldades, pois não foi possível administrar uma mudança tão rápida.

A Guerra Civil incentivou a população a se industrializar, o que fez com que a economia ficasse baseada na exploração de ferro, vapor e eletricidade, e também nos avanços científicos, tecnológicos e nas invenções. O Departamento de Estados dos EUA (2012) ainda comenta na sua publicação que em 1844, Samuel Morse, aperfeiçoou o telégrafo elétrico, e em pouco tempo, partes distantes do continente foram interligadas por uma rede de postes e fios.

Em 1876, o inventor Alexander Graham Bell, apresentou o telefone, que em menos de meio século já havia 16 milhões de telefones acelerando a vida econômica e social do país. O que ainda ajudou na sua economia, foi a invenção da máquina de escrever, que acelerou o crescimento empresarial, a calculadora (1888), a caixa registradora (1897), a máquina de composição de linotipo (1886), a prensa rotativa e os equipamentos para dobrar papéis que tornaram possível a impressão de 240.000 exemplares de jornais de oito páginas em apenas uma hora. E não parou por aí, ainda teve a lâmpada incandescente de Thomas Edison, e mais tarde Edison com George Eastman desenvolveram o filme.

Como comentado acima, a economia Norte Americana estava numa fase muito boa, muitas invenções, melhoramentos, tudo crescendo muito rápido, e eles não iriam parar por aí. Eles já mostravam uma economia voltada para o continente, e para isso tinham que garantir suas zonas de influência, e afastar a Europa do continente. Para isso foi intensificada a Doutrina Monroe, que passara uma visão amigável e confiável dos EUA para os outros países do continente, pois criou-se uma afinidade política.

Em seguida, o Big Stick, que reafirmou o interesse Norte Americano no continente. E após a guerra com a Espanha, os interesses Norte Americanos eram de criar um canal que atravessasse o istmo do Panamá, unindo assim, dois grandes oceanos. As grandes nações do mundo já reconheciam a importância desse canal, pois os franceses já haviam tentado antes, até começaram a escavar, porém fracassaram por uma série de dificuldades.

O objetivo dos Estados Unidos militarmente era de construir um canal que permitisse transferência rápida de navios de guerra, visto que tinham se tornado uma potência tanto no Mar Caraíbas quanto no Oceano Pacífico. Na publicação de 2012 do Departamento de Estados dos EUA eles comentam que:

Na virada do século, o Panamá de hoje era então uma província no norte da Colômbia. Quando, em 1903, a legislatura colombiana se recusou a ratificar uma minuta de tratado que dava aos Estados Unidos o direito de construir e administrar o canal, um grupo de panamenhos impacientes, contando com o apoio de fuzileiros americanos, rebelou-se e declarou a independência do Panamá. Esse novo país foi imediatamente reconhecido pelo Presidente Theodore Roosevelt. Nos termos do tratado assinado em novembro daquele ano, o Panamá cedeu aos Estados Unidos, em arrendamento perpétuo, uma faixa de terra de 16 quilômetros de largura entre o Atlântico e o Pacífico, mediante o pagamento de US\$ 10 milhões e uma taxa anual de US\$ 250.000. Mais tarde a Colômbia recebeu US\$ 25 milhões, a título de compensação parcial. Setenta e cinco anos depois, o Panamá e os Estados Unidos negociaram um novo tratado. Previa a soberania panamenha na Zona do Canal e a transferência do canal do Panamá a 31 de dezembro de 1999. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA 2012, p. 200-201)

Continuando com os comentários do Departamento de Estados do EUA, eles ainda afirmam que a conclusão do canal foi em 1914 e constituiu uma enorme vitória da engenharia, que foi comandada pelo Coronel George W. Goethals, e também a vitória sobre a malária e a febre-amarela, na selva tropical, que provou a morte de muitos trabalhadores, porém provou ser um marco da medicina preventiva.

Os Estados Unidos continuaram a intervir nos países da América Central e Latina, como foi no caso da República Dominicana, comentado antes, e em outros casos. Continuou exercendo seu papel de país mais poderoso e mais liberal dos países do Hemisfério Ocidental.

E foi nesse período, segundo o Departamento de Estados do EUA (2012), que os EUA estabeleceram uma base institucional para a cooperação entre os países das Américas. Foi em 1889 que o Secretário de Estados James Blaine propôs que os 21 países independentes do continente se reunissem numa

organização que traria resolução pacífica de diferendo e aos estreitamentos dos vínculos econômicos. O resultado foi a fundação da União Pan-Americana, em 1890, que hoje é conhecida como a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Continuando sua política amigável, os Estados Unidos continuaram a intervir em questões da América Latina. Um evento que foi bem significativo à época foi a Diplomacia do Dólar. Segundo o autor Domingos (2013), os EUA, através do Presidente Howard Taft, republicano, que sucedeu Roosevelt, continuou com a ideia de que a América Latina necessitava supervisão.

Na sua administração, Taft, seguiu as políticas de Roosevelt, e procurou aplicar noutros países o que haviam aplicado na República Dominicana. Foi então que surgiu o termo Diplomacia do Dólar, que seria uma ajuda financeira Norte Americana aos países Latinos que deviam fortunas aos Europeus e que não teriam riquezas suficientes para pagar.

A estratégia dos EUA através disso era garantir que os Europeus ficassem afastados do continente, não intervindo militarmente com seus fuzileiros para cobrar o que os países daqui deviam, e depois reconquistar os territórios que já haviam conseguido sua independência.

A Diplomacia do Dólar seria então uma mão caridosa dos Estados Unidos, que estaria, na teoria, apenas cumprindo seu papel de ajudar as civilizações mais fracas de seu continente. Mas por trás disso ficou o endividamento de muitos países para com os EUA, através dos empréstimos concedidos, o que resultou numa dependência econômica e maior influência dos EUA nos demais países. Alguns países ficaram conhecidos como Republicas Bananas, pois estavam sem valores econômicos.

Então, a Diplomacia do Dólar foi a política utilizada pelo Presidente Taft para manter os Estados Unidos como referencia no continente. Foi a ajuda bem vinda que os demais países americanos estavam precisando e que foi caridosamente dada pelos EUA. Porém, resultou no endividamento desses países por causa dos empréstimos.

Logo, fica evidente que os Estados Unidos tinham uma política muito forte na América Central e Latina, e que tinham influência e intervinham em questões econômicas, sociais e militares. Os países mais fracos do continente dependiam dos Estados Unidos para sobreviverem e os Estados Unidos conseguiu assim o que queria, ser uma referência econômica, social e militar, no continente.

4. A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA A GEOPOLÍTICA DO CONTINENTE

Neste capítulo será apresentada a ascensão dos EUA como potência Hegemônica no mundo, tratando de assuntos como a Primeira e Segunda Guerra Mundial, Crise de 1929 e o New Deal e o protagonismo dos Estados Unidos na criação de Organizações Intergovernamentais no ocidente e no mundo. Também trará um item sobre a OEA, de seu surgimento aos aspectos de sua organização estrutural, e por último a importância da OEA para a geopolítica do continente, com casos de intervenções em questões de países, mostrando sua atuação.

4.1 A ASCENSÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA COMO POTÊNCIA HEGEMONICA NO MUNDO

Esse item fala sobre o rápido crescimento dos Estados Unidos em relação a outros países e a sua atuação nas Guerras. Também fala sobre a crise de 1929 e o New Deal, a luta contra o fascismo, a vitória aliada sobre o eixo, o protagonismo no Ocidente e o protagonismo na criação das OIGs no pós-guerra.

4.1.1 A atuação dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial e o incentivo à criação da Liga das Nações

A Primeira Guerra Mundial foi um conflito, inicialmente Europeu, entre, de um lado, Alemanha e a Áustria-Hungria e, do outro, Grã-Bretanha, França e a Rússia. O estopim do conflito, que remonta a data de 1914, ocorreu pela tensão que se desenvolvia entre as nações da Europa, por principalmente a expansão de seu território. O escritor Hobsbawm (2003), comenta no seu livro “Era dos Extremos”, que até um século antes de 1914, não havia tido nenhuma guerra significativa envolvendo grandes potências, nas palavras do autor:

Em 1914 não havia grande guerra fazia um século, quer dizer, uma guerra que envolvesse todas as grandes potências, ou mesmo a maioria delas, sendo que os grandes participantes do jogo internacional da época eram as seis “grandes potências” europeias (Grã-Bretanha, França, Rússia, Áustria-Hungria, Prússia – após 1871 ampliada para Alemanha – e, depois de unificada, a Itália), os EUA e o Japão. Houvera apenas uma breve guerra em que mais de duas das grandes potências haviam combatido, a Guerra da Criméia (1854-6), entre a Rússia, de um lado, e a Grã-Bretanha e a

França do outro. Além disso, a maioria das guerras envolvendo grandes potências fora rápida. A maior delas não fora um conflito internacional, mas uma Guerra Civil dentro dos EUA (1861-5). Media-se a extensão da guerra em meses, ou mesmo (como a guerra de 1866 entre a Prússia e a Áustria) semanas. Entre 1871 e 1914 não houve na Europa guerra alguma em que exércitos de grandes potências cruzassem alguma fronteira hostil, embora no Extremo Oriente o Japão tivesse combatido (e vencido) a Rússia em 1904-5, apressando com isso a Revolução Russa. (HOBBSAWM, 2003 p. 30-31)

Logo, observa-se que, no século XIX, entre as grandes potências da época não houve uma Guerra significativa, porém houve várias guerras naquele período, incluindo apenas 1 (Guerra Civil nos EUA) ou 2 Estados, não mais do que isso.

Porém esse cenário mudou drasticamente em 1914, pois a Primeira Guerra Mundial envolveu todas as grandes potências, e praticamente todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, dos Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça.

A Primeira Guerra Mundial decorreu de vários fatores, mas principalmente das políticas imperialistas, que consistiam no domínio econômico de um país sobre outro. Outro fator, foi o assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe do império austro-húngaro, em Sarajevo na Bósnia. O assassino seria um Sérvio, o que fez com que a Áustria-Hungria declarasse guerra a Sérvia.

A entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, segundo a publicação do Departamento de Estados dos EUA (2012), está ligada a data de 1915, quando a indústria dos EUA estava prosperando com as encomendas de munições feitas por aliados ocidentais.

Porém, a Alemanha e a Grã-Bretanha eram contra a navegação americana em alto mar, o que provocou vários protestos por parte do Presidente Woodrow Wilson. O departamento de Estados dos EUA comenta que:

A Grã-Bretanha que controlava os mares, parava e revistava navios americanos, confiscando “contrabando” destinado à Alemanha. A Alemanha utilizava sua arma naval mais importante, o submarino, para afundar navios com destino à Grã-Bretanha ou a França. O Presidente Wilson avisou que os Estados Unidos não renunciariam ao seu direito tradicional, como nação neutra, de negociar com os países beligerantes. Wilson declarou também que a nação “responsabilizaria diretamente” a Alemanha pela perda de embarcações ou vidas americanas. A 7 de maio de 1915, um submarino alemão afundou o navio britânico Lusitânia, matando 1.198 pessoas das quais 128 americanos. Wilson, refletindo o ultraje americano, exigiu a interrupção imediata dos ataques aos transatlânticos e navios mercantes. Ansiosos por evitar a guerra com os Estados Unidos, os alemães concordaram em emitir um sinal de alerta para navios comerciais – mesmo

que hasteassem a bandeira inimiga – antes de ataca-los. Mas depois de mais dois ataques – o afundamento do navio a vapor britânico Arabic e o ataque com torpedos ao transatlântico francês Sussex em março de 1916 – Wilson lançou um ultimato, declarando que a menos que a Alemanha abandonasse seus métodos de guerra submarina, os Estados Unidos cortariam relações. A Alemanha concordou e absteve-se de mais ataques até o fim do ano. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS DA AMERICA, 2012 p. 226-227)

Com esse discurso do Presidente Wilson, ele conseguiu ser reeleito em 1916, pois foi ele que os manteve fora da guerra. Porém em janeiro de 1917, os alemães voltaram a atacar com seus submarinos, e após cinco embarcações americanas serem atacadas, e afundadas, o Presidente Wilson pediu ao Congresso uma declaração de guerra.

Os Estados Unidos entram na Primeira Guerra Mundial. O Congresso aprovou rapidamente a decisão do Presidente e o governo mobilizou depressa os seus recursos, tanto militares quanto a indústria, a mão de obra e a agricultura. Ainda de acordo com a publicação do Departamento de Estados dos EUA:

Em outubro de 1918, na véspera da vitória aliada, um exército de mais 1.750.000 soldados americanos tinha sido posicionado na França. No verão de 1918, tropas americanas recém-chegadas, sob o comando do General John J. Pershing, tiveram um papel decisivo impedindo uma última ofensiva alemã da guerra de trincheiras. Nesse outono, os americanos tiveram uma participação importante na ofensiva Meuse-Argonne, que rompeu a alardeada Linha Hindenburg, da Alemanha. O Presidente Wilson teve um papel decisivo na antecipação do fim da guerra, ao definir os objetivos bélicos dos americanos, insistindo que a luta não se tratava contra o povo alemão, mas sim contra o seu governo autocrático. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2012 p. 227)

Os alemães foram derrotados e ainda tiveram que pagar uma multa enorme, em decorrência dos conflitos. Logo, o Presidente Wilson lançou os seus “catorze pontos” ao Senado, que se tratava de pedidos como: o abandono de acordos internacionais secretos; a garantia da liberdade nos mares; comércio livre entre os países; redução nos armamentos nacionais; ajuste das reivindicações coloniais, que levasse em conta os interesses dos habitantes; autonomia de nacionalidades europeias subjugadas; e por último, e mais importante, a criação de uma associação de nações que dessem garantias mútuas de independência política e integridade territorial para estados pequenos e grandes. E a partir desse discurso que surge a Liga das Nações.

Os outros países aceitaram, porém Wilson teve que fazer algumas alterações em seus pontos, para que todos concordassem, e no final sobrou pouco do que Wilson havia planejado. Ele tinha esperança que o tratado final, elaborado pelos vencedores, se apresentaria como uma paz negociada, o que não funcionou.

O acordo final seria o Tratado de Versalhes, e dentro dele estaria a Liga das Nações. Porém Wilson devastado fisicamente em ter que governar num período de guerra, sofreu um grave derrame. Nunca se recuperou totalmente e o Senado acabou rejeitando o Tratado de Versalhes e a Liga das Nações.

O Senado achava que os Estados Unidos não seriam capazes ainda de desempenhar o papel de chefia na cena mundial, e que a Liga das Nações não seria capaz de alcançar a e manter a ordem mundial. E assim, a América do Norte voltou a sua política de isolacionismo, mantendo suas políticas no continente.

4.1.2 Contexto da Crise de 1929 e o New Deal

Foi em outubro de 1929 que a bolsa de valores caiu, eliminando assim muitos investidores americanos. A queda da bolsa se deu a uma super produção, o que causou um desequilíbrio entre a oferta e a demanda, pois produzia-se muito e comprava-se pouco.

De acordo com o Departamento de Estado dos Estados Unidos (2012), a crise atingiu economias frágeis da Europa, que dependiam fortemente de empréstimos americanos.

Quando os investidores e empresários capitalistas notaram que estavam com uma superprodução, eles começaram a reduzir seus estoques, ou seja, produzir menos, o que fez com que muitas pessoas fossem demitidas e ficassem sem salário. O resultado disso foi que uma parte da população parou de consumir, pois não tinha dinheiro, e assim só agravou a situação social e econômica do país. Por causa disso, várias empresas decretaram falência junto aos bancos, e muitos homens de família acabaram se suicidando por terem perdido toda as suas riquezas.

De acordo com o Departamento de Estados dos EUA (2012), o colapso da bolsa não causou em si a Grande Depressão, porém refletiu políticas muito fáceis de concessão de crédito, fazendo com que o mercado ficasse descontrolado.

A crise não durou apenas no ano de 1929, nas palavras do Departamento de Estados do EUA:

Nos três anos seguintes, uma recessão inicial americana tornou-se parte da depressão mundial. Casas comerciais fecharam as portas, fábricas encerraram, bancos faliram com a perda das poupanças dos depositantes. A receita agrícola caiu cerca de 50%. Até novembro de 1932, aproximadamente um em cada cinco trabalhadores americanos encontrava-se desempregado. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2012 p. 234)

Logo, como pode-se notar, não foi nada fácil para o Presidente Herbert Hoover, que estava em mandato havia oito meses quando a crise aconteceu. As campanhas de 1932 eram basicamente voltadas a questões para resolver a crise, quais foram as causas e quais seriam as soluções. Hoover até tentou organizar empresas, acelerar programas de obras públicas, criou a Corporação de Reconstrução das Finanças, apoiando assim as empresas e as instituições financeiras, e também conseguiu que o Congresso aprovasse uma agência para subscrever hipotecas imobiliárias, porém, seus esforços foram praticamente em vão, pois ele ficou conhecido como o retrato da derrota.

E foi então que seu adversário Democrata, Franklin Roosevelt, que já era conhecido por ser governador de Nova Iorque, durante o desenrolar da crise, irradiava um otimismo contagiante. Já era de se esperar que iria ganhar as eleições, mas surpreendeu com a vitória esmagadora, recebendo 22.800.000 votos populares em comparação a 15.700.000 de Hoover. Desde sua campanha já mostrava que usaria a autoridade do governo federal para soluções experimentais, muito ousadas, o que demonstrava que os Estados Unidos estavam prestes a entrar numa nova era de mudança econômica e política.

Em 1933 Roosevelt estava no cargo de Presidente e trouxe um ar de mudanças e de otimismo, o que atraiu apoiantes para seu programa que ficou conhecido como o “New Deal”. Segundo o Departamento de Estados dos EUA (2012), quando tomou posse, o discurso do Presidente foi: “A única coisa que temos a recrear é o próprio recesso”.

O New Deal, tradução para o português de Novo Acordo, foi uma série de medidas tomadas pelo Presidente para melhorar a economia do país. Ele começou com os bancos, que estavam quebrados quando tomou posse. Seu objetivo era adotar uma política de inflação moderada para assim baixar os preços dos produtos

permitindo ajuda aos devedores. Abriu novas agências do governo que trouxeram facilidades de crédito muito boas à indústria e à agricultura. Em relação ao desemprego, para gerar empregos, começou obras públicas, contratando pessoas que estavam desempregados e que conseqüentemente, com o emprego, voltaram a consumir. Teve um programa chamado Corpo Civil de Conservação, que consistia no recrutamento de jovens homens de 18 a 25 anos de idade para trabalhar em campos administrativos para o exército. Roosevelt, com seu programa New Deal, reativou a economia do país, gerando empregos, construindo obras importantes, como hidrelétricas, barragens, e também reativou o consumo, o que fez com que a economia dos EUA reaquecesse.

4.1.3 O envolvimento dos Estados Unidos na luta contra o fascismo – Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial aconteceu entre os anos de 1939 a 1945 e foi considerada o maior conflito militar bélico de todos os tempos. Foi durante o período das duas guerras que, na Europa, estruturou-se um fenômeno político que ficou conhecido como nazi-fascismo, que caracterizou-se por movimentos nacionalistas, antidemocráticos e autoritaristas, que deveu-se pela inconformidade com a Primeira Grande Guerra, e que buscava fortalecer o Estado intervencionista, combatendo a ameaça de revolução esquerdista.

O autor Hobsbawn (2003), comenta que “é quase desnecessário demonstrar que a Segunda Guerra Mundial foi global. Praticamente todos os Estados independentes do mundo se envolveram, quisessem ou não. ” (HOBSEBAWN 2003, p. 31). O autor comenta que apenas os países da América Latina participaram de forma mais nominal, pois não tiveram interação direta, pois já as colônias das potências imperiais não tiveram escolha.

O envolvimento dos Estados Unidos no conflito começou quando, segundo o Departamento de Estados dos Estados Unidos (2012), com os regimes totalitários no Japão, na Itália e na Alemanha, os Estados Unidos não acreditavam mais na cruzada pela democracia na Primeira Grande Guerra, e então decretaram que não iriam, em nenhuma circunstância, ajudar qualquer país envolvido no conflito.

Nesse período, o Japão havia invadido a Manchúria, acabado com a resistência chinesa e criado o estado Manchukuo. Já a Itália, sobre comando de Benito Mussolini, alargou suas fronteiras na Líbia e mais tarde conquistou a Etiópia. Mussolini também implantou o fascismo na Itália, que se tratava de um regime político, onde há um governo autocrático, que ficava centralizado na figura do ditador, nesse caso, Mussolini.

E a Alemanha, com o comando do ditador nazi Adolf Hitler, estava com sua economia militarizada e havia conquistado novamente a Renânia. Ainda de acordo com a publicação do Departamento de Estados, “em 1938, Hitler incorporou a Áustria no Reich Alemão e exigiu a separação dos Sudetos, de língua alemã, da Checoslováquia.” (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2012 p. 244).

Os Estados Unidos também estipularam uma Legislação sobre neutralidade, que foi promulgada pouco a pouco de 1935 a 1937, logo, segundo a Legislação, eles não podiam comercializar armas com os países beligerantes e proibiam também os navios mercantes com pavilhão americano de transportarem os produtos. Feito isto, o objetivo era evitar ao máximo que os Estados Unidos entrassem no conflito estrangeiro.

Embora os americanos estivessem ajudando as vítimas das agressões de Hitler e estivessem apoiando as democracias aliadas (França e Grã-Bretanha), quando a Alemanha tomou a Polônia, a sensação de isolacionismo aumentou. Quando a França caiu e começaram os ataques aéreos à Grã-Bretanha em meados de 1940, aumentou-se o debate de que os Estados Unidos eram a favor de ajudar as democracias e a facção antiguerra, conhecida como os isolacionistas.

Nas palavras do Departamento de Estados dos Estados Unidos: “Roosevelt fez o que pôde para impelir a opinião pública para a intervenção. Os Estados Unidos juntaram-se ao Canadá numa Junta de Defesa Mútua e alinharam com as repúblicas da América Latina”, alargando assim a proteção coletiva dos países do hemisfério ocidental. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2012 p. 244).

Logo, percebe-se que os Estados Unidos estavam preocupados com os acontecimentos e a possível entrada na guerra. Roosevelt ganha as eleições em 1940, sendo o primeiro e último candidato americano a ser eleito três vezes. E ele consegue criar um programa de ajuda aos países aliados, França e Grã-Bretanha,

onde o país ajuda com armamento, mais tarde o país ajuda a União Soviética e China também. Dado isso, a América era neutra apenas em teoria, pois estava ajudando os países aliados a combater o fascismo e o nazismo que estava se espalhando pela Europa.

4.1.4 A vitória aliada sobre o eixo e o protagonismo dos EUA no ocidente

Os Estados Unidos realmente entraram na guerra quando aconteceu o incidente no Havaí, que ficou conhecido como Pearl Harbor, em 1941. Isso aconteceu, segundo o Departamento de Estados dos EUA (2012), quando o Japão anunciou que estava numa ‘nova ordem’ e que teria hegemonia sobre todo Pacífico. E não parou, na publicação do Departamento de Estados dos EUA:

Lutando pela sobrevivência contra a Alemanha nazi, a Grã-Bretanha não pôde resistir abandonando sua concessão em Xangai e encerrando provisoriamente a rota de abastecimento chinesa a partir da Birmânia. No verão de 1940, o Japão obteve a autorização do fraco governo de Vichy em França para usar os aeródromos no norte da Indochina (Vietname do Norte). Em setembro desse ano os japoneses juntaram-se oficialmente ao eixo Roma-Berlim. Os Estados Unidos reagiram com um embargo à exportação de sucata de ferro para o Japão. Em julho de 1941 os japoneses ocuparam o sul da Indochina (Vietname do Sul), dando sinais de um provável movimento para sul rumo ao petróleo, estanho e borracha da Malásia Britânica e das Índias Orientais Holandesas. O general Hideki Tojo tornou-se primeiro-ministro do Japão em outubro desse ano. Em meados de novembro, mandou um enviado especial aos Estados Unidos para se encontrar com o Secretário de Estado Cordell Hull. Entre outras coisas, o Japão exigia que os Estados Unidos descongelassem os bens japoneses e acabassem com a expansão naval americana no Pacífico. Hull apresentou uma contraproposta de retirada dos japoneses de todas as suas conquistas. A rápida rejeição dos japoneses a 1 de dezembro deixou as negociações num impasse. Na manhã do dia 7 de dezembro, aviões de porta-aviões japoneses realizaram um ataque surpresa devastador contra a Frota Americana do Pacífico em Pearl Harbor, Havaí. (DEPARTAMENTO DE ESTADOS DOS ESTADOS UNIDOS, 2012 p. 245-246)

Logo, os Estados Unidos não gostaram nada do que o Japão fez no Havaí, pois destruíram vinte e um navios, destruíram e danificaram 323 aviões, sem dizer em quantos soldados, marinheiros e civis perderam suas vidas. Entretanto, os porta-aviões americanos que viriam a desempenhar um papel importante na guerra naval que se seguiu no Pacífico, estavam no mar, e não foram atingidos com o incidente em Pearl Harbor. E então em 8 de dezembro daquele ano, o Congresso de um dia para o outro mudou de ideia em relação a guerra e declarou um estado de

guerra contra o Japão, três dias depois a Alemanha e a Itália declararam guerra contra os Estados Unidos.

E então a nação teve que se preparar rapidamente para entrar em guerra. E conseguiu, a indústria superou expectativas e todas as outras atividades do país se prepararam também.

Os Estados Unidos estavam definitivamente na guerra. Para garantir sua segurança, os Estados Unidos prenderam todos os japoneses, ou de americanos filhos de japoneses, visando assim evitar que houvesse espionagem ou influência pelo Japão. Mas depois de um tempo os Estados Unidos assumiram que essa medida foi muito injusta, até porque alguns desses japoneses os ajudaram na guerra, com traduções e interpretações. Após muito esforço, a Alemanha se rendeu.

Os países aliados saíram vitoriosos após muitas batalhas, as últimas ainda mais sangrentas. Nesse período, o atual Presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, faleceu devido a uma hemorragia cerebral, e sucedeu-lhe Harry Truman. Truman assumiu e o governo numa fase bem delicada. A vitória contra o Japão só aconteceu após a bomba atômica.

A bomba foi derrubada no Japão pelos Estados Unidos, que já haviam discutido que só a fariam se o Japão não se rendesse, como esse resistiu, foi lançada a bomba. Foi em 6 de agosto de 1945, a primeira bomba largada em Hiroshima, e em 9 de agosto, a segunda, em Nagasaki. O resultado disso foi muitas mortes e a decisão do Japão de render-se oficialmente. Os países Aliados (Estados Unidos, Grã-Bretanha e URSS) saíram vitoriosos.

4.1.5 O protagonismo Norte Americano na criação das Organizações Intergovernamentais (OIGs) do pós Guerra

Foi logo após o Japão ter se rendido e então terem posto um ponto final na Segunda Guerra Mundial, que aconteceu uma reunião com 50 países, em São Francisco, Califórnia. De acordo com a publicação de 2012 do Departamento de Estados Americanos, a reunião tinha como pauta a criação de uma organização internacional que visasse que os conflitos ou divergências internacionais poderiam ser discutidas pacificamente e também haveria solidariedade sobre questões como fome e doenças. Essa reunião gerou a Carta das Nações Unidas, que foi ratificada

pelo Senado americano com 89 votos a favor e 2 contra. Isso confirmou o fim do isolacionismo americano na sua política externa.

A partir disso já pode-se notar que os Estados Unidos eram os principais protagonistas da criação da Nações Unidas, agora conhecida como a ONU (Organização das Nações Unidas), e que a partir dela criariam outras organizações intergovernamentais.

O conceito das Organizações Intergovernamentais (OIG) é que elas formam um organismo que contem países diferentes, de diferentes regiões, e que visam a cooperação em diversos assuntos. Existem também as Organizações Intergovernamentais regionais, que visam a mesma coisa, porém os países participantes têm proximidade regional.

De acordo com Seitenfus (2008), uma organização internacional se forma a partir da voluntariedade dos Estados em formar uma associação, tratando-se de uma sociedade entre Estados, tendo em finalidade interesses comuns.

Além da Organização das Nações Unidas, os Estados Unidos protagonizaram em muitas outras organizações. Um exemplo é a OEA (Organização dos Estados Americanos), que é considerada uma Organização Intergovernamental Regional, e que visa à cooperação entre os países do continente americano.

A criação dela remonta a data de 1948, pós Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria. A OEA surgiu primeiramente com o nome de União Pan-americana em 1890, e que objetivava a cooperação entre os países membros, na época 21 Estados-Membros independentes, e hoje são 35. Além da cooperação, a organização busca a resolução pacífica de conflitos e visa estreitar os laços econômicos dos países membros.

Logo, fica evidente que a intenção dos Estados Unidos em criar Organizações Intergovernamentais no pós Guerra era de estabelecer políticas favoráveis a eles, visando também encontrar parceiros para cooperação em diversos assuntos, e mostrando-se como um país destaque para os demais.

4.2 ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Nesse momento será apresentado a Organização dos Estados Americanos (OEA), começando com a sua criação e mostrando a sua estrutura organizacional.

4.2.1 Surgimento da Organização dos Estados Americanos

Os Estados Unidos da América estavam se mostrando como força no Hemisfério Ocidental com a conquista de sua independência a logo após a conquista de terras, com a expansão para o oeste, e também os avanços tecnológicos e invenções após a Revolução Industrial.

Estavam com um crescimento econômico rápido e mostravam seu interesse voltado para o continente desde o começo de sua independência. E começaram a exercer essa vontade, de dominar o continente, a partir da Doutrina Monroe, quando o Presidente em mandato, James Monroe, afirmou que não aceitaria a recolonização de nenhum país americano pelos europeus, afastando assim a Europa do continente. E em seguida, reafirmaram isso com o Big Stick, imposto pelo Presidente Theodore Roosevelt (1901 – 1909).

O Presidente Roosevelt tinha uma visão que o continente precisava de um país civilizado para ajudar os mais fracos, e este país era os Estados Unidos. Roosevelt tinha uma política voltada ao continente, e com o Big Stick, começaram a intervir em questões dos países da América Central e Latina.

Foi logo após a construção do Canal do Panamá, obra realizada pelos Estados Unidos que tinham interesse na região, que pelo comando do Presidente Roosevelt, os Estados Unidos continuaram a intervir inúmeras vezes nos demais países do Hemisfério Ocidental.

E em 1889, segundo a publicação do Departamento de Estados dos EUA (2012), os Estados Unidos, exercendo seu papel de país mais poderoso do Hemisfério Ocidental, trabalharam para estabelecer uma organização com base institucional, com o objetivo de obter a cooperação entre os países Americanos.

O Secretário James G. Blaine propôs que os 21 países independentes do Hemisfério Ocidental se reunissem em uma organização que trouxe-se a resolução

pacífica aos negócios e que estreitasse os seus vínculos econômicos. E como resultado disso foi a criação da União Pan-Americana, que foi fundada em 1890. A organização que também ficou conhecida como União Internacional das Republicas Americanas, desde sua criação começou a tecer uma rede de disposições e instituições, dando início assim ao que ficou conhecido como o 'Sistema Interamericano', que é o mais antigo sistema institucional internacional.

A antiga União Pan-americana, hoje é conhecida como Organização dos Estados Americanos, e foi fundada apenas em 1948, após a assinatura da Carta da OEA, em Bogotá, na Colômbia, que entrou em vigor no ano de 1951. Segundo o site da OEA, a organização é o mais antigo organismo regional do mundo, e surgiu na Primeira Conferência Internacional Americana, que foi realizada em Washington, D.C., em outubro de 1889 e durou até abril de 1890.

A Carta da OEA passou por várias emendas até no momento presente.

4.2.2 Estrutura da Organização dos Estados Americanos

A OEA é uma instituição que foi criada com o intuito de criar uma ordem de paz e de justiça, promovendo assim sua solidariedade, intensificando a colaboração e defendendo sua soberania, integridade territorial e sua independência, entre os Estados membros.

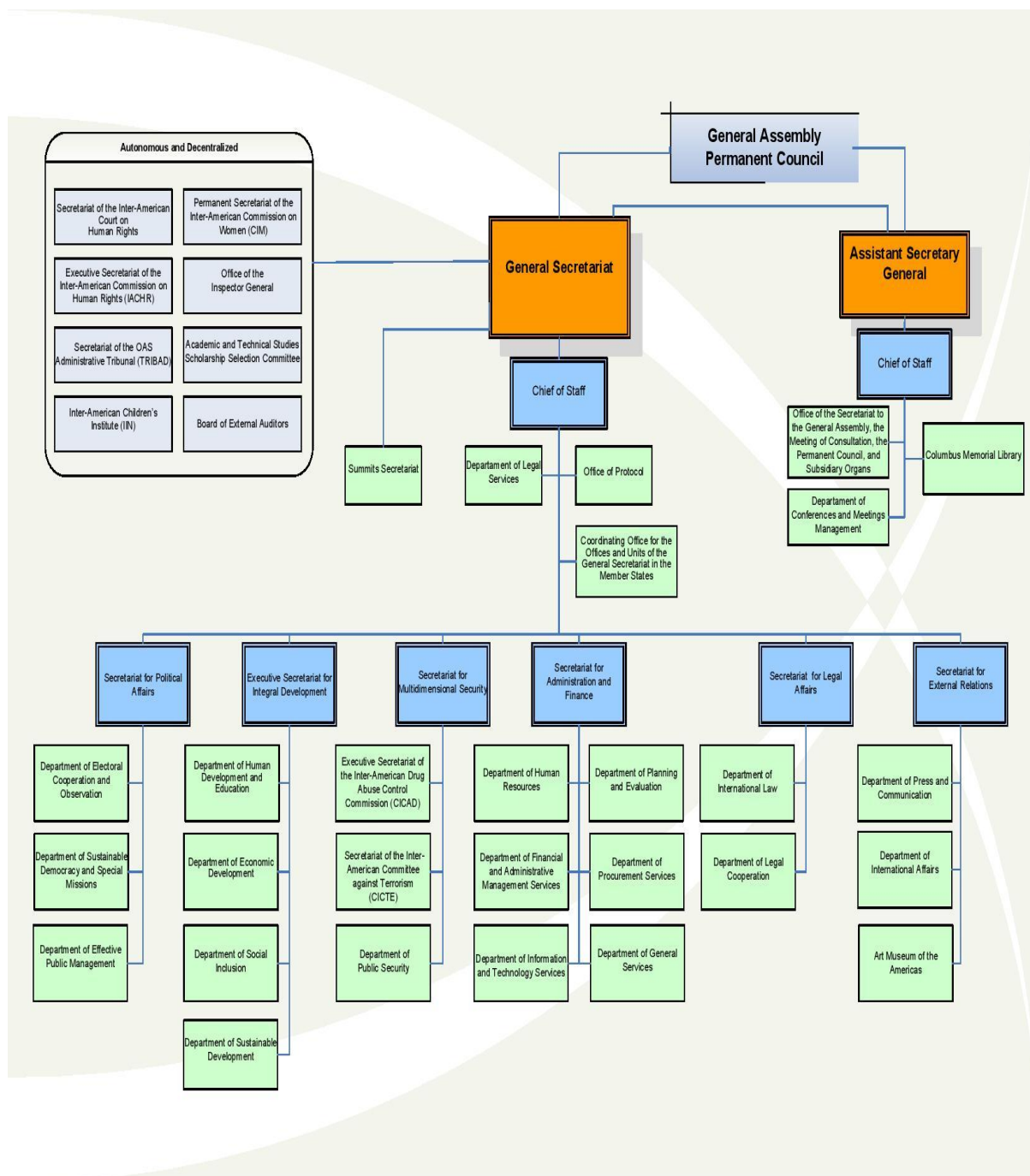
De acordo com o escritor Arrighi (2004), a OEA é uma organização internacional governamental, que foi criada por um ato internacional, um tratado, e por isso, pertence ao direito internacional. O escritor comenta que ela também é uma organização regional, de acordo com o art. 52 da Carta das Nações Unidas.

Os objetivos da OEA são muito amplos e ela tem uma estrutura orgânica complexa, na qual coexistem órgãos com representação política governamental e órgãos de natureza técnica, órgãos com poder de decisão e órgãos consultivos e de assessoria, órgãos com competência ampla e outros com competência limitada a algo específico. Porém, para cumprir com seus princípios e objetivos, tem membros que dispõem para o cumprimento de suas obrigações.

A OEA conta, desde todas as reformas da sua Carta posteriores a 1948, com membros permanentes e membros observadores. Tem uma Assembleia Geral, uma Comissão Jurídica Interamericana, uma Comissão Interamericana de Direitos

Humanos e uma Secretaria-Geral. Com fins de realizar seus intermédios, conta também com Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, com Conselhos, com Conferências Especializadas e com Organismos Especializados.

Segue organograma da OEA em inglês, retirado do site da Organização dos Estados Americanos:



Sobre os Membros Permanentes, quando foi fundada, a instituição congregava 21 Estados, e hoje, o site da OEA lista que a organização conta com 35 Estados Independentes da América. Seriam eles: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Dominica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Saint Kitts e Nevis, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

O escritor Arrighi (2004) ainda comenta que o Membro da OEA deve ser um Estado Independente da América, precisa solicitar o seu ingresso por nota dirigida ao Secretário-Geral, deve comprometer-se a assinar e ratificar a Carta e aceitar todas as disposições e obrigações implicadas, 'em particular as referentes à segurança coletiva'. Então, a Assembleia-Geral decidirá se o Estado está apto a admissão, através da maioria de dois terços dos seus membros, e mediante previa recomendação do Conselho Permanente.

4.3 IMPORTANCIA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS PARA O CONTINENTE

Com o intuito de estreitar as relações entre os países que, direta ou indiretamente, estiveram envolvidos nos conflitos de 1939 e 1945, foram criados diversos mecanismos, para auxiliar nessa aproximação. O objetivo era acabar com os conflitos regionais e criar uma estabilidade. Um desses mecanismos foi a Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948 a partir da Carta da OEA, estabelecida na cidade de Bogotá, que buscava garantir o alinhamento dos países Americanos.

A carta das Nações Unidas, em relação a OEA, diz que a organização tem como princípios garantir a paz e a segurança do continente. Busca promover e consolidar a democracia representativa, respeitando assim a não-intervenção, como um dos principais princípios. Dentre os países membros busca solução pacífica das controvérsias e prevenção das possíveis causas de dificuldades. Promove, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países

membros. Tem o objetivo de erradicar a pobreza crítica, que é um obstáculo ao desenvolvimento democrático dos povos do Hemisfério.

De acordo com Fagundes (2010), a OEA na teoria pode ser apontada como a inserção das Américas no moderno sistema internacional. O autor ainda comenta, citando a autora Herz (2008), que na prática, a OEA deveria ser uma instituição multilateral, porém, foi empregada como mais um instrumento norte-americano na defesa de seus interesses. E isso ficou claro no período da Guerra Fria, onde inúmeras vezes a OEA apoiou as manobras do governo dos EUA.

De acordo com Almeida (2006), a OEA regulou o relacionamento interestatal no campo ocidental durante a maior parte do conflito da Guerra Fria, e também correspondeu a crescente influência Norte Americana na América Latina, não sendo apenas no campo político, militar e diplomático, mas também, nos campos econômico e cultural.

Em 1962, com a tomada de poder por Fidel Castro em Cuba, as pressões norte-americanas começaram a influenciar as relações da ilha com os demais países do continente, e no mesmo ano, Cuba foi expulsa da Organização dos Estados Americanos. De acordo com Meucci (2013), a OEA alegou que o regime revolucionário exportava a subversão para o restante do continente, ou seja, ela poderia influenciar os demais países.

Logo, fica evidente que a OEA teve influência norte-americana nas tomadas de decisões do período.

Entretanto, em 1990 a instituição adotou uma nova conjuntura, o que lhe permitiu assumir uma nova postura nos conflitos políticos regionais. Tratava-se de um conjunto de eventos envolvendo os países latino-americanos, que segundo Fagundes (2010), permitiu a aplicação, na prática, dessa mudança de postura. O primeiro passo nessa mudança foi datado em 1991, quando a OEA aprovou importantes documentos que pretendiam mudar a orientação geral da instituição. De acordo com Herz (2008), tais dispositivos foram compilados no “Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano”. Tratava-se da resolução que envolvia a questão da Democracia Representativa.

Continuando com as mudanças, foi implantado o Protocolo de Cartagena, que, nas palavras do escritor Fagundes (2010):

A mudança de postura em relação às questões sobre preservação da democracia foi o tema central desses novos documentos. Outro importante documento para garantir e ratificar o respeito aos direitos cívicos e políticos foi o chamado “Protocolo de Cartagena”. Esse protocolo serviu para aprofundar mudança na agenda do multilateralismo da região, sobretudo na América Latina. (FAGUNDES, 2010, Acesso em 03 de Outubro de 2015)

Logo, percebe-se que o Protocolo trouxe a mudança na política do multilateralismo, com ênfase na América Latina. E a OEA, visando aprofundar os dispositivos do Protocolo, elaborou mais um documento que pretendia aprofundar os princípios democráticos, sendo a linha central da organização. Desta forma, veio a público o documento que, nos dias atuais, orienta no tocante a defesa do Estado Democrático de Direito. Esta nova resolução foi debatida e aprovada em 2001 na capital peruana, e ficou conhecida como a Carta Democrática Interamericana, e passou a cumprir a função de instrumento da OEA na defesa, promoção e aprofundamento dos regimes democráticos nas Américas.

De acordo com Herz (2008), a carta serviu também para tirar a imagem da OEA como uma instituição meramente decorativa e totalmente passiva em relação aos ditames de Washington, dando-lhe a imagem de que seu intuito é a defesa do Estado de Direito, de promotora no desenvolvimento social e de principal instrumento na consolidação de novos regimes democráticos.

Essa mudança foi vista na prática quando houve o golpe de Estado no Haiti, no ano de 1991. De acordo com Fagundes (2010), a OEA, junto com a Organização das Nações Unidas (ONU), aplicou um embargo sobre o petróleo e às armas do governo golpista. Mais tarde foi feito um bloqueio total ao país. Nas palavras do escritor Fagundes:

A crise política haitiana teve início após um golpe de Estado que derrubou do governo de Jean-Bertrand Aristide, ex-padre da ala progressista da igreja católica. Em seu lugar assumiu o poder o general Raul Cedras. Durante todos os momentos do governo de exceção os organismos internacionais articularam seus esforços no sentido de isolar o regime do general Cedras. (FAGUNDES, 2010, Acesso em 04 de Outubro 2015)

Para garantir a segurança do país, junto com a OEA, uma coalizão militar com soldados de diversos países reconduziu o Presidente Aristide à presidência, e a ONU esteve envolvida também, garantindo a ordem, até as eleições presidenciais de 1996, que, de acordo com Fagundes, aconteceu sem maiores abalos na

combalida estrutura democrática do Haiti. Para a OEA isso foi um importante evento, pois representou uma vitória da nova linha de atuação da instituição.

Houve outros eventos no continente que foram assistidos pela OEA, e a organização cuidou de todos, seja colocando sanções e embargos ou até mesmo resoluções e condenações, com o objetivo de endossar as tentativas de frear os golpes de Estado.

Então conclui-se, como visto acima, que a OEA tem grande influência no continente americano, pois controla vários segmentos, seja colocando sanções e embargos, ou até mesmo manobrando conflitos. A OEA é a organização mais ativa na resolução de problemas democráticos no Hemisfério Ocidental e atua de forma a contemplar todos os países membros.

5. A ATUAÇÃO DA OEA NO CASO CUBANO

Nesse capítulo desenvolveremos a análise central proposta para esta pesquisa, ou seja: a atuação da Organização dos Estados Americanos a partir dos desdobramentos da Revolução Cubana no auge da Guerra Fria. O texto está estruturado para abordar as seguintes reflexões: o processo da Revolução Cubana; a política externa Norte Americana para a América Latina a partir da Revolução; e a atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nos desdobramentos da Revolução Cubana.

5.1 O PROCESSO DA REVOLUÇÃO CUBANA

De acordo com Sader (2015), a Revolução Cubana pode ser vista com dois sentidos: o primeiro como o processo de luta pela tomada do poder por Fidel Castro e seus companheiros, que lutaram na oposição ao regime do ditador Fulgencio Batista; e a segunda como a continuidade das frustradas lutas de independência iniciadas na segunda metade do século XX. E pode ser denominada efetivamente como uma revolução, não somente pelo fato de ter tido tomada de poder, mas também por ter caracterizado um processo de transformações radicais das estruturas econômicas, sociais, políticas e ideológicas, que resultaram no primeiro país da América Latina e do mundo ocidental a ser socialista, Cuba.

Quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, os Estados Unidos estavam preocupados com a nova ameaça, o comunismo soviético. Com um cenário de Guerra Fria, os Estados Unidos começaram a criar várias alianças e acordos motivados a combater as influências do comunismo na região. Essa preocupação fez com que os Estados Unidos passassem a intervir mais ainda em questões dos países Latinos e Caribenhos, e conseqüentemente, o descontentamento por esses países aumentou, e então começaram a surgir manifestos antiamericanos.

A disputa entre as duas superpotências que emergiram no pós Segunda Guerra atingiu as relações interamericanas, e para evitar e manter o hemisfério ocidental longe das ameaças e influências da União Soviética, os Estados Unidos colocaram em ação seus projetos. E foi nesse momento que as relações dos Estados Unidos e América Latina tiveram um impasse, entraram num momento

crítico. Por causa da intervenção direta Norte Americana, o período foi marcado por manifestações antiamericanas por parte dos países que sofriam intervenção, principalmente na década de 1950, o que fez com que os Estados Unidos tivessem que rever o exercício de sua hegemonia, e ficar atentos a seu quintal, Cuba, principalmente depois da tomada de poder por Fidel Castro, em 1959.

A independência cubana em relação à Espanha remonta o ano de 1888 e aconteceu, entre outros motivos, graças à ajuda dos Estados Unidos, que como cobrança passaram a intervir diretamente em várias questões do país. Foi implantado em 1901 a Emenda Platt, que previa o direito aos Estados Unidos de intervir diretamente no país, os EUA diziam que essa intervenção era para manter distante a Espanha ou qualquer país europeu da recolonização do país, mas por trás disso, estavam garantindo seus interesses na ilha.

Como exemplo, muitas de suas indústrias, principalmente de açúcar e hotéis, eram propriedades de empresários Norte Americanos. Sua política sempre foi voltada pró-Estados Unidos, e sua economia capitalista dependia muito do país Norte Americano. A desigualdade social era enorme, e a maior parte da população vivia na pobreza, a insatisfação era grande pela maioria.

Nesse contexto, em Cuba, surge Fidel Castro, que era o maior opositor do governo do ditador Fulgencio Batista (1952 – 1959). Castro era socialista e pretendia derrubar Fulgencio do poder e acabar assim com a corrupção e também com a influência norte americana na ilha.

A Revolução Cubana foi então o movimento exercido por Fidel e outros guerrilheiros, conhecidos como “Exército Rebelde”, na derrubada do poder de Fulgencio Batista, em 1959. Fidel e seus companheiros já haviam tentado em 1953 tirar Fulgencio do poder, porém a missão não teve sucesso e eles acabaram sendo presos. Fidel, quando foi preso, tinha recém se formado pela Universidade de Havana. Foi solto dois anos depois, após um acordo, e foi exilado no México. No México, começou a desenvolver planos e estratégias para a derrubada de Fulgencio, e encontrou outras pessoas com os mesmos interesses. Fidel Castro permaneceu no México por mais um período, pois precisava adquirir recursos para retornar a Cuba. Entretanto, com a ajuda de alguns simpatizantes, ele conseguiu comprar o pequeno iate, Granma, aproximadamente 80 fuzis e duas armas anti-tanque. Assim, Fidel Castro partiu para a ilha junto de seu irmão, Raul Castro, Ernesto "Che" Guevara e Camilo Cienfuegos.

Na segunda tentativa, em 1959, tiveram sucesso quando conseguiram tirar Fulgencio do poder. No dia primeiro de janeiro de 1959, com as forças do governo desmoralizadas e em rápida desintegração, duas importantes cidades do país, Santa Clara e Santiago de Cuba, foram ocupadas pelos guerrilheiros. O ditador Fulgencio Batista, percebendo que a derrota era inevitável, foge de Cuba, e as forças revolucionárias entram na capital de Havana no mesmo dia, tomando o poder.

O evento guerrilheiro, segundo Sader (2015), foi caracterizado pelo descontentamento do povo contra as condições de miséria, corrupção, falta de liberdade e a total dependência aos Estados Unidos.

Foi apenas em 1961, segundo Bemvindo (2012), que Fidel declarou o caráter socialista da Revolução Cubana. Em 1959, quando tomou o poder tirando o ditador Fulgencio da governança, Fidel não havia definido qual era o verdadeiro caráter ideológico do movimento revolucionário cubano, e inclusive em seus discursos falava que o movimento não era nem de direita, nem de esquerda. Mas em 1961, declarou ser uma revolução com ideologia socialista.

A Revolução foi um grande marco na história, pois trouxe mudanças nas relações internacionais, principalmente no que se refere as questões sociais, que não tinham sido discutidas até o momento, e também temas como reforma agrária, direito dos trabalhadores e o anti-imperialismo. Para o continente a Revolução representou uma vitória sobre o imperialismo americano, o que fez com que os Estados Unidos se preocupassem com a sua política hegemônica e também com sua visão para os demais países. Para a União Soviética, a Revolução Cubana representou uma necessidade de tomada de posição e, conseqüentemente, interferência no contexto latino-americano, o que mais tarde viria a se confirmar no episódio da instalação dos mísseis, em 1962.

5.2 A POLÍTICA EXTERNA NORTE AMERICANA PARA A AMÉRICA LATINA A PARTIR DA REVOLUÇÃO CUBANA

Durante o início da Revolução Cubana, os Estados Unidos não fizeram nenhuma intervenção direta na ilha, porém, de acordo com Blanco e Dória (1983) pretendendo garantir que tudo ficasse uniforme, independente de quem estivesse no poder, decretaram embargo ao fornecimento de armas para a ilha com o governo de Fulgencio Batista, tentando assim conseguir um posterior consenso de Fidel Castro.

Porém, ainda de acordo com os autores, as armas continuaram a chegar em Cuba, pela base de Guantánamo, criando assim uma desconfiança e insatisfação maior do governo norte americano, por Fidel Castro e a população revolucionária.

Desde a implantação da Doutrina Monroe os Estados Unidos mostravam interesse total pelo continente americano, e essa visão não mudou depois da Revolução Cubana, pelo contrário, só aumentou, pois agora eles tinham que tomar providências com relação a Cuba e o comunismo na região.

Em 1961, os Estados Unidos rompem oficialmente as relações com Cuba, e de acordo com Fagundes (2011), a medida extrema foi tomada como resposta a série de mudanças político-econômicas ocorridas em Cuba no período de 1960 a 1961, como reflexo da Revolução de 1959. Essa ruptura, entre Washington e Havana, só aproximou Fidel da União Soviética. Essa medida fez com que houvesse uma série de embargos do governo de Washington, e em junho de 1960, teve início uma política de redução da importação de açúcar de Cuba. Washington procurava assim afetar a economia da ilha, e em outubro de 1960 o Presidente Dwight D. Eisenhower (1953 – 1961), impôs um embargo comercial parcial, que na prática significou a redução em terço da importação de açúcar produzido em Cuba.

De acordo com Silva (2014), o resultado disso foi a aproximação do governo de Fidel Castro com a União Soviética, e declaração como Estado comunista. E então os problemas entre os dois países não ficaram apenas restritos as questões de caráter econômico, pois com a chegada de John F. Kennedy à presidência dos EUA (1961 – 1963), houve mais um grave abalo nas estremecidas relações diplomáticas entre os dois vizinhos, sobretudo depois do fracasso a invasão da Baía dos Porcos.

A invasão à Baía dos Porcos foi um projeto de Kennedy, quanto estava a pouco tempo no poder, e insatisfeito com o resultado da Revolução Cubana, resolveu invadir a ilha, em abril de 1961, com um grupo paramilitar de exilados cubanos, na sua maioria em Miami. O movimento tinha como objetivo derrubar o governo socialista de Fidel Castro do poder e também assassinar Castro. O evento ficou conhecido como invasão à Baía dos Porcos, pois o grupo que foi dirigido e treinado pela Agencia Central de Inteligência (CIA) e também com a ajuda das forças armadas americanas, chamados de “Brigada de Asalto 2506”, tentou invadir o sul da ilha, na Praia de Girón, na Baía dos Porcos. A invasão não obteve êxito.

Kennedy expande o embargo para todas as importações de Cuba, e também é nesse ano que acontece um dos períodos mais críticos da Guerra Fria, a Crise dos Mísseis de Cuba, em 1962, que durou 13 dias, depois dos soviéticos implantarem armamentos na ilha. Esses acontecimentos alertaram os Estados Unidos do fato definitivo, a ameaça comunista já havia chegado na região.

Logo, os Estados Unidos começam a usar seus recursos para afastar a ameaça comunista, e mostram seus interesses através das organizações. E foi com a Organização dos Estados Americanos (OEA), que os Estados Unidos buscaram ajuda, pois conseguiram tirar Cuba da Organização, a partir do definitivo alinhamento do governo cubano com Moscou, que foi determinante para criar argumentos que justificariam a expulsão de Cuba, em 1962. Os Estados Unidos, de acordo com Fagundes (2011), também passaram a direcionar sua política externa no sentido de criar obstáculos para a atuação de movimentos de caráter socialista, nacionalista e comunista na América Latina, tentando assim prevenir que outros movimentos semelhantes acontecessem no continente. Nas palavras do autor Fagundes (2011):

Nesse período foi resgatada a tese da defesa coletiva que havia sido elaborada durante a administração Eisenhower. Essa proposta estava centrada em duas frentes: a militar e a ajuda humanitária. No terreno militar foram estabelecidas dezenas de acordos entre as forças armadas norte-americanas e os países latinos que visavam aparelhar e treinar as forças de segurança da região para combater possíveis "novas Cubas". (FAGUNDES, 2011, Acesso em 11 de Outubro de 2015).

Logo, fica claro que os Estados Unidos estavam preocupados com a ameaça socialista, porém, fizeram vários esforços para evitar a sua expansão. E então surge a Aliança para o Progresso, o projeto mais ambicioso que os Estados Unidos já tinham tido até então com a América Latina desde o fim da Segunda Guerra Mundial.

A Aliança para o Progresso, de acordo com Fagundes (2011), foi lançada em março de 1961, e previa ações de incentivo ao desenvolvimento econômico na região. Também previa a criação de mecanismos de intervenção humanitária, como exemplo, a presença de missionários norte-americanos nas áreas mais carentes do continente. Assim, Washington pretendia colocar em segundo plano o caráter ideológico do acordo, e dar mais ênfase nas ações sociais.

Logo, fica evidente que a política externa norte americana nesse período foi total voltada para a América Latina, com o objetivo de frear os avanços soviéticos e manter o continente afastado da União Soviética e de qualquer país aliado a ela, como exemplo, Cuba. Para isso teve que estabelecer uma política mais amigável, voltada a questões sociais, e não só de segurança, para que não mostrasse a intervenção direta dos Estados Unidos nos outros países do continente.

5.3 A ATUAÇÃO DA OEA NOS DESDOBRAMENTOS DA REVOLUÇÃO CUBANA

A Organização dos Estados Americanos (OEA), desde sua criação, em 1948, na cidade de Bogotá, tem intervindo em questões dos países membros. E teve sua passagem na Guerra Fria, atuando diretamente nos desdobramentos da Revolução Cubana.

No pós Segunda Guerra Mundial, vários organismos foram criados, pois o cenário era complexo e precisava-se de algo para estreitar as relações entre os países que haviam se envolvido de uma forma ou de outra, no conflito. De certa forma, o objetivo era superar as rivalidades e disputas regionais, pois a comunidade internacional estava abalada pelos excessos cometidos durante o conflito mundial, e precisa-se afastar as manifestações nacionalistas.

É então que o papel das Organizações Internacionais se torna crucial, pois elas seriam as intermediadoras entre os países, resolvendo assim os conflitos e disputas entre os participantes.

A OEA foi uma dessas Organizações, pois usaria de seu poder para intermediar em questões de disputas e conflitos regionais no continente americano, buscando sempre garantir o perfeito alinhamento dos países membros.

De acordo com Herz (2008), a Organização que deveria ser multilateral, na prática foi empregada como mais um instrumento de defesa dos interesses Norte Americanos. Muitos autores concordam com Herz, como é o caso do escritor Fagundes (2010), que afirma que em muitos episódios da Guerra Fria, a Organização permaneceu inerte ou simplesmente apoiou sem restrições as manobras do governo dos Estados Unidos, até mesmo em casos que as ações fossem contrárias aos princípios democráticos tão defendidos pela organização.

O autor Fagundes (2010), ainda comenta que a noção de democracia teve que ser reinterpretada para encaixar-se nas orientações de combate ao socialismo, o “perigo soviético”. A partir daí foi criado o conceito de “democracia coletiva”, que seria a “permissão” para intervenção armada, apoio a golpes militares, incentivo a guerras civis, entre outras estratégias, que tentavam impedir a instalação de governos a favor da União Soviética no continente Americano. Dessa forma, a OEA deixou de lado sua proposta inicial de multilateralismo, e o que ocorreu foi a cooperação com o governo dos EUA.

No que se diz respeito à Guerra Fria nos desdobramentos da Revolução Cubana, após Cuba se declarar socialista e se aliar a União Soviética, tudo que os Estados Unidos não queriam, a Organização voltou a ser influenciada pelo governo Norte Americano, sempre fazendo o que era de seu interesse e deixando de lado sua verdadeira função.

Segundo Meucci (2013), as pressões norte-americanas começaram a influenciar as relações de Cuba com os demais países do continente, e foi em 1962, que a Organização dos Estados Americanos se viu obrigada pelos Estados Unidos a expulsar Cuba do organismo. A autora ainda comenta que foi alegado que o regime revolucionário exportava a subversão para o restante do continente, ou seja, Cuba servia de exemplo para os demais países, e os Estados Unidos não gostavam nada disso.

A decisão da organização teve repercussões internacionais e desencadeou uma sucessão de rupturas nas relações latino-americanas com Cuba, com exceção do México.

A retirada de Cuba da OEA não foi tão rápida, pois a princípio apenas os Estados Unidos, Venezuela e Colômbia haviam rompido as relações com a ilha. Os Estados Unidos romperam as relações com a ilha logo após a tomada de poder por Fidel Castro, em 1959, e o motivo pelo qual os Estados Unidos fizeram isso foi porque Cuba era “quintal” de muitas empresas norte-americanas, e com a tomada de poder de Fidel, que em seguida demonstrou o caráter ideológico socialista da revolução, fez com que os Estados Unidos acabassem perdendo muitos bens que foram nacionalizados com a revolução.

De acordo com Silva (2012), os EUA buscaram ajuda com o apoio da OEA para uma ação coletiva contra Cuba. Porém houve a resistência por alguns países latinos. A princípio, como mencionado antes, apenas Colômbia e Venezuela

acompanharam os Estados Unidos, mas em meados de 1961 alguns países latinos, preocupados com sua segurança nacional em função das iniciativas de exportação da revolução a partir de Cuba, buscaram a OEA para garantir sua segurança.

E foi em 1962 que Cuba foi oficialmente expulsa da Organização dos Estados Americanos. De acordo com Neto (2005), no dia 22 de janeiro de 1962, Ministros das Relações Exteriores dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, reuniram-se para discutir as ameaças à paz e à independência política dos Estados Americanos. A Conferência focava-se na situação política do governo de Cuba, que havia se declarado socialista. Foi após dez dias de discussões que, em 31 de janeiro de 1962, Cuba foi suspensa da Junta Interamericana de Defesa e da OEA, sendo que esta decisão não contou com os votos favoráveis dos maiores Estados latino-americanos.

Então fica claro que a expulsão de Cuba da OEA foi protagonizada principalmente pelos Estados Unidos, com seu poder político, pois estavam assim garantindo seus interesses na região e tentando manter longe a ameaça socialista.

Em outubro de 1962, de acordo com o escritor Araújo (2012), foi realizada na Casa Branca a primeira reunião de muitas que aconteceriam ao longo dos 13 fatídicos dias daquele ano. A reunião discutia sobre a descoberta por espões americanos, por meio de fotos aéreas, a instalação de mísseis soviéticos R-12 *Dvina* (SS-4 Sandal) e R-14 *Usovaya* (SS-5 Slean) apontados para os Estados Unidos, na ilha de Cuba.

A instalação dos mísseis foi a pedido de Cuba que pretendia assim afastar qualquer tentativa de invasão ao país, após a que ocorreu na Baía dos Porcos. Com o agravamento da situação, o governo Norte Americano reagiu anunciando bloqueio naval a Cuba, e essa medida foi sancionada pela OEA, que apoiou a iniciativa norte-americana de impedir que a ilha recebesse qualquer ajuda naval, principalmente da União Soviética.

Logo, fica evidente que a OEA teve atuação decisiva nos desdobramentos da Revolução Cubana, pois foi através dela que os Estados Unidos conseguiram garantir seus interesses e manobrar várias questões latino-americanas.

A OEA, apesar da má reputação depois desses acontecimentos, conseguiu sobreviver e hoje já não é tão influenciada pelos Estados Unidos, pois garante interesses gerais democráticos dos países membros.

Conclui-se então que os Estados Unidos, procurando garantir seus interesses hegemônicos no continente, utilizaram-se do poder das organizações internacionais, e como exemplo claro, citado acima, da Organização dos Estados Americanos, que interviu nos desdobramentos da Revolução Cubana sobre as fortes pressões dos interesses norte-americanos, chegando até a expulsar Cuba da organização, tendo assim, que mudar seus princípios de democracia, pois apoiou o governo dos Estados Unidos sem precedentes.

A Organização dos Estados Americanos, nesse episódio de 1962, apesar de ter votos contrários dos maiores países americanos, continuou apoiando o governo norte-americano, pois sua influência sobre os demais países era grande e as consequências podem ser vistas até o momento atual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo tinha acabado de sair da Segunda Guerra Mundial e já estava entrando em uma outra grande guerra. A disputa era entre as duas grandes potências que emergiram da Segunda Guerra, EUA x URSS. A política internacional ficou marcada pela disputa entre os blocos capitalista e socialista, evento que ficou conhecido como a Guerra Fria.

Com o objetivo de estabilizar o complexo cenário e aproximar as relações entre os países que haviam se envolvido na Segunda Guerra Mundial foram criados diversas organizações, que realizariam as ideias e propostas de, sobretudo, paz.

E é nesse cenário que surge a OEA, que tinha como principal objetivo estreitar as relações entre os países membros americanos. Mais tarde a OEA mostraria seu poder atuando nos desdobramentos da Revolução Cubana.

Para responder a pergunta da pesquisa e atingir o objetivo geral deste trabalho foram utilizados três objetivos específicos. Segue a apresentação dos objetivos específicos e do que foi tratado ao longo do trabalho: primeiramente analisar historicamente as intenções hegemônicas dos Estados Unidos da América sobre a América Latina; Entender a importância da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a geopolítica do continente; e analisar a atuação da OEA durante a Revolução Cubana.

Do primeiro objetivo específico pode-se concluir que os Estados Unidos, desde sua independência, mostravam uma política voltada para o continente, e aos poucos, foram construindo sua hegemonia no Hemisfério Ocidental.

Um dos primeiros movimentos demonstrando isso foi a Doutrina Monroe, implantada pelo Presidente James Monroe, que esteve no poder nos anos de 1817 à 1825. A Doutrina Monroe previa que nenhum país americano poderia ser recolonizado por um país europeu, afastando assim a Europa do continente e mostrando sua força hegemônica. Monroe tinha uma política continental e pretendia garantir seus interesses na região.

Isso foi reafirmado em seguida com a implantação do Big Stick, ou como conhecido por muitos, “o grande porrete americano”, que foi implantado pelo Presidente Theodore Roosevelt, que esteve no poder entre os anos de 1901 à 1909. A política do Big Stick previa que os Estados Unidos poderiam intervir em questões latino-americanas sem restrições. Foi alegado que os países mais fracos do

continente precisavam de uma injeção para sua economia, e os Estados Unidos fariam isso. Na teoria o Big Stick seria uma ajuda Norte Americana para os demais países do continente, mas na prática, era mais uma manobra norte-americana na garantia de seus interesses na região.

Os demais países americanos sofreram intervenções sem poder fazer nada significativo até o período da Guerra Fria, pois os Estados Unidos era a potência ocidental, e nenhum país do continente conseguiria se sobrepôr sobre eles.

No segundo objetivo específico foi exposto a importância da Organização dos Estados Americanos para a geopolítica do continente. Concluiu-se que a Organização dos Estados Americanos têm atuado desde sua criação, em 1948, tentando melhorar as condições dos países americanos. A organização nem sempre teve esse nome, ela derivou da União Pan-americana, fundada em 1890, e que apenas em 1948, tornou-se a OEA. A fundação da União Pan-Americana foi uma ideia americana, que veio do Secretário James G. Blaine, que propôs que os 21 Estados americanos independentes da época, juntassem-se em uma organização com fins de resolução pacífica dos negócios e que estreitasse os seus vínculos econômicos. Hoje a organização conta com 35 países americanos independentes. A organização é considerada o mais antigo organismo regional do mundo.

Sua carta traz como os objetivos, principalmente, a promoção e consolidação da democracia, tanto quanto a paz e segurança dos países membros. Busca também promover, por meio da ação cooperativa, o desenvolvimento econômico, social e cultural dos membros, com o objetivo de erradicar a pobreza crítica.

Percebe-se que a Organização tem princípios muito bons e que seria uma excelente intermediadora para a região, porém na prática não tem todo esse poder.

O terceiro e último objetivo específico traz o tema central deste trabalho, a atuação da OEA na Revolução Cubana. Concluiu-se que a revolução foi um grande marco na história, e principalmente para a América Latina. Cuba desde sua independência contou com a ajuda dos norte-americanos, e quando Fidel Castro tomou poder em 1959, tirando o ditador Fulgencio Batista do governo, os Estados Unidos ficaram atenciosos aos resultados. Quando Fidel demonstrou o caráter socialista da revolução, os Estados Unidos cortaram as relações com seu “quintal”, fazendo com que outros países latinos também se juntassem a eles.

As relações que até antes da revolução eram boas, se tornaram péssimas, pois com Cuba socialista os Estados Unidos não puderam mais intervir na ilha. E então houve a instalação de mísseis em Cuba apontados para os Estados Unidos pela URSS, o que preocupou os Estados Unidos e os demais países. A crise dos mísseis reinventou o pensamento americano em relação ao seu poder, e eles tinham que agir de alguma forma. E então utilizaram a sua influência sobre a OEA para intervir no complexo período. A OEA viu-se forçada pelos Estados Unidos a tirar Cuba da organização, mesmo que os votos dos maiores países latinos fossem contrários.

Conclui-se que a OEA no período da Guerra Fria foi mais um instrumento norte-americano na garantia de seus interesses, e que permaneceu inerte ou simplesmente apoiou sem restrições as manobras do governo dos Estados Unidos no período, deixando de lado seu princípio de ser uma organização multilateral.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Os primeiros anos do século XXI: O Brasil e as Relações Internacionais Contemporâneas**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Os cinquenta anos da Crise dos mísseis em Cuba**. 2012. Disponível em: <<http://mundorama.net/2012/12/17/os-cinquenta-anos-da-crise-dos-misseis-em-cuba-por-johny-santana-de-araujo/>>. Acesso em: 27 out. 2015.

ARRIGHI, Jean Michel. **OEA: Organização dos Estados Americanos**. São Paulo: Manole, 2004. Tradução de Sérgio Bath.

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S **Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica**. 2 ED. São Paulo: Makron Books, 2000.

BEMVINDO, Vitor. **O Caráter Anti-Imperialista da Revolução Cubana (1898 - 1961)**. 2012. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/03.Vitor_Bemvindo_0.pdf>. Acesso em: 10 out. 2015.

BOBBIO, Nobberto. **ESTADO GOVERNO SOCIEDADE: Para uma teoria geral da política**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. **Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Distribuidora Record Editores, 1971.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é imperialismo?** 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. **História das Ideias Políticas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985. Tradução de: Carlos Nelson Coutinho.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Afiliada, 2004.

DOMINGOS, Nuno Miguel Silva. **EUA: Da Política do "Big Stick" à Diplomacia do Dólar**. 2013. Disponível em: <http://database.jornaldefesa.pt/politicas_externas/eua/JDRI_074_280913_america_latina.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

DÓRIA, Carlos A.. **Revolução Cubana: De José Martí a Fidel Castro: (1868-1959)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Apresentação de José Sérgio Rocha de Castro Gonçalves. São Paulo, Abril Cultural, 1983

FACHIN, Odília. **Fundamentos de Metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Análise das relações entre Cuba e EUA (1961 - 2011)**. 2011. Disponível em: <<http://mundorama.net/2011/04/13/analise-das-relacoes-entre-cuba-e-eua-1961-2011-por-pedro-ernesto-fagundes/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises políticas contemporâneas**. 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/04/19/a-atuacao-da-organizacao-dos-estados-americanos-oea-nas-crises-politicas-contemporaneas-por-pedro-ernesto-fagundes/>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

FERRO, Marc. **História das Colonizações: Das conquistas às independências, séculos XIII a XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Tradução de: Rosa Freire D'Aguiar.

FRANCHINI NETO, Hélio. **A Política Externa Independente em ação: A Conferência de Punta del Este de 1962**. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200007>. Acesso em: 11 out. 2015.

FURTADO, Celso. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 3: Atlas S.A., 1996.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HAGE, José Alexandre A.. **As Relações Diplomáticas entre Argentina e Brasil no Mercosul: Princípios de Hegemonia, Dependência e interesse Nacional no Tratado de Assunção**. Curitiba: Juruá, 2004.

HERZ, Monica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: História e Práticas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

HERZ, Mônica. Carta da OEA (1948). In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz: os tratados que desenharam o planeta**. São Paulo: Contexto, 2008.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra S/a, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Schwarcz Ltda, 2003.

HOBSON, J. A. **Estúdio del imperialismo**. Madrid: Alianza Universidad, 1981.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o mundo do século XIX**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital**: Estudo sobre a Interpretação Econômica do Imperialismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MAGNOLI, Demétrio. **Da Guerra Fria à Détente**: Política Internacional Contemporânea. Campinas, SP: Papirus, 1998.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais**: teoria e história. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARQUES, Lincoln. **O Congresso de Viena e a Santa Aliança**. Disponível em: <[http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/6249856/Congresso de Viena e Santa Alianca.pdf](http://pessoal.educacional.com.br/up/4660001/6249856/Congresso_de_Viena_e_Santa_Alianca.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2015.

MARX, Karl. **O capital** crítica da economia política. 13.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

MEUCCI, Isabella Duarte Pinto. **Estados Unidos e América Latina: o caso de Cuba no pós-guerra fria**. 2003. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v10_isabella_GIV.pdf>. Acesso em: 11 out. 2015.

MORGENTHAU, Hans Joachim. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

OEA. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. 1948. Disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organizacao_dos_Estados_Americanos.htm>. Acesso em: 31 mar. 2015.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais**: estudos de introdução. Curitiba: Juruá Editora, 2001.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais**: Temas, atores e visões. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PINTO, Tales dos Santos. **Colonização Inglesa na América do Norte**. 2013. Disponível em: <<http://www.mundoeducacao.com/historia-america/colonizacao-inglesa-na-america-norte.htm>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ROOSEVELT, Theodore. **Fear God and take your own part**. George H. Doran Company: New York, 1916.

SADER, Emir. **Revolução Cubana**: Uma revolução na América Latina. Disponível em: <http://www.revolucoes.org.br/v1/sites/default/files/revolucao_cubana_0.pdf>. Acesso em: 06 out. 2015.

SARAIVA, José Flávio Sombra. (org.) **Relações Internacionais Dois Séculos de História**: Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias). Brasília: Ibri, 2001.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das Organizações Internacionais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

SILVA, Graciella Fabrício da. **"O que fazer com Castro": Time, Life e a Revolução Cubana (1959 - 1962)**. 2012. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1584.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2015.

SILVA, Paulo Henrique da. **EUA-CUBA: Fatores que impulsionaram a reaproximação política e histórica**. 2014. Disponível em: <<http://mundorama.net/2014/12/20/eua-cuba-fatores-que-impulsionaram-a-reaproximacao-politica-e-historica-por-paulo-henrique-da-silva/>>. Acesso em: 11 out. 2015.

UNIDOS, Departamento de Estados dos Estados. **Um Esboço da História Americana**. 2012. Escritório de Assuntos Públicos. Disponível em: <http://photos.state.gov/libraries/amgov/30145/publications-portuguese/OutlineofUSHistory_Portuguese.pdf>. Acesso em: 12 set. 2015.

VILHENA JUNIOR, José Augusto B. de. **A Guerra Civil dos Estados Unidos da América**. Disponível em: <[http://pessoal.educacional.com.br/up/2600001/376873/A Guerra Civil dos Estados Unidos da América.pdf](http://pessoal.educacional.com.br/up/2600001/376873/A_Guerra_Civil_dos_Estados_Unidos_da_America.pdf)>. Acesso em: 11 set. 2015.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **Manual do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776 - 1991) Da Independência dos Estados Unidos ao Colapso da União Soviética**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **História do Século XX**. 3. ed. Porto Alegre: Leitura Xxi, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Após o Liberalismo: Em busca da reconstrução do mundo**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.